



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Esta audiência tem a finalidade de discutir a diretriz principal do Governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro, para os setores discriminados na sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos.

Esta audiência é com base nos requerimentos por mim apresentados e por toda Bancada do Partido dos Trabalhadores, em março de 2011 e ainda este ano.

São convidados hoje o Prof. Guy Standing, da Universidade de Bath (UK), do Reino Unido; o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, do Estado de São Paulo; o Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os convidados já se encontram aqui, sentados à mesa. De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

Os convidados farão as suas exposições, em torno de 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de 3 (três) minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Nós vamos primeiro passar a palavra ao Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos mais estudiosos professores, que têm se dedicado à análise do tema relativo à erradicação da pobreza, às condições de vida dos trabalhadores. Ele é um estudioso dos efeitos da política salarial, em especial dos efeitos da política do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, sobre o nível de remuneração dos trabalhadores em geral, do nível de emprego, e também tem sido um estudioso dos programas de transferência de renda.

Há muitos anos que acompanho o trabalho do Prof. João Sabóia. Em verdade, nos conhecemos quando lá por volta de 1971/ 1972, enquanto eu fazia meus estudos de pós-graduação na Universidade de Stanford, ele os fazia na Universidade de Berkeley. Ele é formado em engenharia, primeiro; mas, depois, fez o seu doutoramento em economia, na Universidade de Berkeley, e se tornou um dos principais estudiosos do tema que nós hoje aqui trabalhamos. Ele também tem acompanhado os trabalhos da rede mundial da renda básica, pois compartilhamos juntos do 13º Congresso Internacional da *BIEN – The Basic Income Earth Network*, que se realizou em São Paulo, na Universidade de São Paulo, em 30 de junho e 1º e 2 de julho de 2010.



Em verdade, naquela data, nós estávamos presentes, tanto o Prof. Guy Standing, que é um dos co-fundadores da *BIEN*, como também o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, que justamente aqui hoje está convidado, por ser o primeiro prefeito municipal do Brasil que apresentou à Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal, do seu Município, um projeto de lei para instituir, por etapas, a renda básica de cidadania. Isso já em 2009. A Câmara Municipal, por nove a zero, aprovou o projeto. Portanto, agora, ele aqui nos falará sobre os passos que estão sendo dados em direção da implementação dessa proposição.

Passo a palavra ao Professor João Sabóia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO SABÓIA – Bom dia a todos!

É uma grande satisfação para mim está de volta ao Senado. Já estive aqui algumas vezes, no passado. Inclusive, há seis anos, discutindo também a questão do salário mínimo. Como disse o Senador Eduardo Suplicy, nos conhecemos há muito tempo, temos uma longa história de trabalho próximo, de interesses comuns e de amizade. Então, é um momento, para mim, muito especial estar aqui hoje a convite do Senador.

O tema que escolhi para discutir nesta Mesa – cujo tema central é erradicar a pobreza absoluta e promover igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade – é o salário mínimo. Por que o salário mínimo? Porque o salário mínimo, em minha opinião, é uma das políticas públicas brasileiras que têm tido o maior sucesso nos últimos tempos. Se a gente olhar para o passado vai ver uma história muito complicada de altos e baixos do salário mínimo, mas, nos últimos anos, a gente tem tido um crescimento do salário mínimo muito importante que se tem transmitido. Esse crescimento tem um papel na economia como um todo, na melhoria do bem-estar da população, muito grande. Em função disso, escolhi discutir hoje a questão do salário mínimo e procurar associá-la à questão da distribuição da renda. A distribuição da renda no Brasil também tem melhorado bastante e, em minha opinião – e vou tentar convencer vocês –, o salário mínimo tem um papel central nessa questão.

Por favor, o próximo eslaide.

Coloquei, inicialmente, alguns fatos e algumas perguntas. Um fato que acabei de mencionar é que o salário mínimo cresceu muito nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a distribuição de renda, no Brasil, melhorou bastante na década passada. Várias causas têm sido apontadas para essa melhoria. A recuperação do mercado de trabalho tem sido muito importante para isso, os vários programas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo, que é o tema central aqui hoje etc. A pergunta é qual teria sido o papel do salário mínimo no passado, na melhoria da distribuição da renda, e qual o seu potencial para melhorar ainda mais o futuro, até porque nós temos uma nova legislação para o salário mínimo programada para durar, inicialmente, até 2104. Então, essa preocupação com o futuro é muito importante.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Professor João Sabóia, só queria informar a todos que a TV Senado passou a transmitir ao vivo, para todo o Brasil, esta audiência pública de tamanha relevância. Como o senhor está nos brindando com uma exposição sobre os efeitos do salário mínimo, quero informar aos Senadores que têm tanto estudado e se dedicado a esse tema, como o Senador Paulo Paim, que o senhor está fazendo uma exposição de grande relevância para os que acompanham os efeitos do salário mínimo sobre a economia brasileira.

Pode prosseguir, Professor João Sabóia.

O SR. JOÃO SABOYA – Obrigado, Senador.

Finalmente, como é que se compara o papel do salário mínimo com outros programas de transferência, especificamente pensando no Bolsa Família, que é o programa central de transferência de renda.

Vou iniciar fazendo um histórico, apresentando rapidamente um histórico do salário mínimo nos últimos anos e da distribuição de renda.

Por favor.

Isso aí é o salário mínimo real medido de 1995 até 2010. Ou seja, são 15 anos de salário mínimo. Isso aqui é real: quer dizer, poder de compra deflacionado pela inflação. É poder de compra do salário mínimo. Está medindo em reais de julho de 2011. O que se vê aqui, portanto – tanto que estamos em 2010, não tenho dados mais recentes –, é que em 2010 corresponde a R\$540,00, que era o salário mínimo naquele momento. Então, a gente vê um crescimento bastante intenso nesse período. Quer dizer, ele praticamente dobra em termos de poder aquisitivo, sendo que eu já via um crescimento do salário mínimo na segunda metade dos anos 90, mas que foi aumentado, intensificado, na década de 2000, especialmente nos últimos anos da década.

Aqui estamos olhando pela distribuição da renda. Quer dizer, essa aqui talvez seja a forma mais simples de se olhar a distribuição da renda. Estou pegando a renda domiciliar *per capita*, quer dizer, a renda de cada indivíduo nas famílias, e estou comparando, na linha escura, qual é a razão entre a renda média de quem está no topo dos 20% das famílias mais ricas com os 20% das famílias mais pobres, quer dizer, são os 20% de cima com os 20% de baixo. A gente vê claramente, na linha escura, que houve uma pequena queda ao longo da segunda metade dos anos 90 e que houve uma queda muito mais acentuada a partir de 2000.

É claro que quem olhar isso aqui vai dizer: puxa, mas os 20% de cima inda ganham 20 vezes mais do que os 20% de baixo? Sim. É muito, é uma diferença muito grande, mas o fato é que 15 anos antes ganhavam 30 vezes mais. Então, houve uma melhora significativa na distribuição da renda, vista dessa forma, ou pode ser vista comparando os 10% mais ricos com os 40% mais pobres, que é a linha mais clara, e que mostra exatamente o mesmo movimento de



melhoria da distribuição da renda entre os extremos da distribuição domiciliar *per capita* do rendimento.

Por favor.

Aqui utilizei apenas dois índices famosos, para quem se interessa por distribuição de renda. Um deles é o índice de Gini, que é tão famoso que aparece, às vezes, na primeira página dos jornais. A gente vê: o Gini cresceu, o Gini diminuiu. O fato concreto é que o Gini está caindo. Ele ainda é muito alto para o padrão internacional. Quer dizer, o Gini brasileiro é da ordem de 0,54%, 0,55%, o que para o padrão internacional é muito alto. Mas o fato concreto é que ele vem caindo. É um movimento que continua. Isso medido pelo outro índice, a linha mais clara, que é o Theil, no qual o movimento é o mesmo. Então, é um bom sinal de melhoria da distribuição da renda com mais intensidade, como já dizia antes, na década de 2000.

Agora, por que o salário mínimo? Primeiro porque – e ali há um errinho que só descobri ontem à noite e não deu tempo de corrigir – o valor mínimo representa um valor mínimo da remuneração não no setor informal, mas no setor formal da economia. Ninguém pode ganhar menos de um salário mínimo – então, por favor, corrijam ali. Ele é o valor mínimo de remuneração no setor formal da economia, mas ele também é uma referência importante no setor informal. Quer dizer, o salário mínimo, muitas vezes, é mirado no setor informal. Mesmo que você não receba o salário mínimo ele é uma referência importante. Bem, a outra questão que se discute o tempo inteiro é que ele é o piso da Previdência Social. Quer dizer, à medida que o salário mínimo sobe o piso vai junto, beneficiando todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social. Ele, basicamente, é a referência paga na aposentadoria rural. É o salário mínimo que é pago na aposentadoria rural e também o valor que é transferido pelo benefício da prestação continuada, que atinge pessoas muito pobres, idosas ou deficientes que vivem em famílias com renda muito baixa. Então, vocês vêem que ele tem um papel que transcende o mercado de trabalho. Ele vai para a Previdência Social e, inclusive, chega à Assistência Social.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) Eu queria agradecer a presença do Senador João Vicente Claudino. Inclusive, S. Ex^a está presente desde o começo da sua exposição.

Muito obrigado, Senador João Vicente.

O SR. JOÃO SABÓIA – Bem, agora vou apresentar os resultados de algumas simulações que desenvolvi. São simulações, são exercícios que a gente faz usando a regra do salário mínimo, vendo como é que está a distribuição da renda e qual o papel que o salário mínimo teve, em um passado recente, na melhoria da distribuição da renda.

Essa aqui é uma tabela. As tabelas sempre são mais difíceis de a gente apreciar, mas o fato concreto – e talvez o mais interessante – é olhar a



última coluna em que eu meço o papel que o salário mínimo poderia ter tido segundo as simulações que realizei a partir da Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. No período de 1995 a 2005 ele teria sido responsável por cerca de 64% da redução do índice de Gini, que é a medida da distribuição da renda. No período mais recente, mais curto, de 2001 a 2005, ele teria sido responsável por cerca de 43% da melhoria da distribuição da renda medida pelo índice de Gini.

Se vocês olharem as outras colunas, rapidamente, verão que o papel principal na redução é no mercado de trabalho, onde ele atua com mais intensidade na melhoria e, em segundo lugar através de melhorias e pensões.

Por favor.

Bem, agora vamos pensar o futuro, vamos pensar na nova legislação, o que ele pode contribuir na distribuição de renda no futuro.

Por favor.

Só para lembrar a todos, quer dizer – isso é bastante conhecido – a cláusula do salário mínimo que deve vigorar até 2014 garante um reajuste anual no mês de janeiro; você garante uma correção pela inflação medida pela INPC, que é o índice voltado para a população de renda mais baixa; e você transfere um crescimento para o salário mínimo de acordo com o crescimento da economia medido pelo PIB, pelo Produto Interno Bruto. Utiliza-se dois anos antes, porque você não tem, em janeiro de um ano, o crescimento do PIB do ano anterior. Então, utiliza-se de dois anos anteriores. Essa é a regra, ela está em vigor e vai continuar pelo menos até 2014.

Por favor.

Agora, rapidamente; não posso entrar em detalhes aqui. O que eu faço, quer dizer, qual é a simulação que fiz para os resultados que vou mostrar adiante?

A gente procura ver a evolução da distribuição da renda utilizando a estrutura básica de 2009, que é onde começa a funcionar essa nova política para o salário mínimo, utilizando os dados da Pnad do IBGE e aplicando a legislação do salário mínimo. Eu aplico essa legislação tanto sobre os salários das pessoas, quanto sobre essas aposentadorias – elas têm um efeito enorme no piso etc., PPC. Ou seja, tudo que o salário mínimo impacta é considerado na minha simulação.

Em poucas palavras, eu uso a estrutura básica de 2009, aplico as regras e vejo o que aconteceria nos próximos anos.

Por favor.

Antes de mais nada, é importante dizer onde estão as pessoas que recebem salário mínimo, porque a ideia que temos é que o salário mínimo é para as pessoas mais pobres do País. Na verdade, não é exatamente isso. Quer dizer, ter o salário mínimo, muitas vezes, já é um privilégio, é o fato de se ter uma



carteira assinada, consegue o salário mínimo, e muita gente não consegue receber o salário mínimo, mesmo trabalhando jornadas grandes etc.

Então, vamos ver essa distribuição aqui.

Por favor.

O que eu mostro aqui é que a linha escura são os valores reais e a linha vermelha são os valores ajustados que eu calculei.

Isso aqui eu medi para o período 2004/2009, qual a variação de cada faixa salarial, Aqui eu estou trabalhando com empregados com carteira assinada, quer dizer setor formal da economia; e o número um significa que aquelas pessoas tiveram reajustes salariais exatamente iguais aos do salário mínimo.

No final, aqueles valores dos níveis mais altos – eu estou ordenando as pessoas, segundo o nível salarial por vigéssimos – tiverem reajustes correspondentes a 0,5%, quer dizer, mais ou menos, 50% do que o salário mínimo foi reajustado. Isso significa o seguinte: onde estão – do setor formal da economia com carteira assinada – as pessoas que ganham salário mínimo? Estão exatamente nos dois primeiros vigésimos. Ou seja, os seus salários foram registrados exatamente iguais ao reajuste do salário mínimo. As pessoas recebem salário mínimo, mais ou menos em torno de 10% da população que tem carteira assinada recebe salário mínimo.

Agora vamos ver os outros grupos.

O próximo grupo é o pessoal que não tem carteira assinada, são empregados do setor informal. E aí você nota o seguinte: o pessoal do setor informal que recebe salário mínimo está no meio da distribuição. Está ali em torno do nono, décimo, vigésimo, onde o número corresponde a um significa que são as pessoas que tiveram os seus salários reajustados do mesmo nível que o salário mínimo, elas recebem o salário mínimo.

As pessoas que estão abaixo do lado esquerdo, elas ganham muito menos que o salário mínimo; estão trabalhando muitas vezes com jornadas integrais e tiveram reajustes bem menores que os salários mínimos, porque elas estão abaixo que do salário mínimo e o salário mínimo não as beneficia tanto.

E também obviamente, do lado superior, as pessoas que ganham mais também não têm reajustes associados ao salário mínimo.

Então, mostra isso aqui que um setor informal as pessoas que recebem salário mínimo estão no meio da distribuição dos salários.

Por favor, o próximo.

Aqui eu também peguei o trabalho doméstico, que é um trabalho importantíssimo no País, cerca de 17% a 18% da população feminina ocupada no País está no serviço doméstico. E aqui você nota o seguinte. Esse é o serviço doméstico com carteira e, sendo com carteira, vocês veem que até o oitavo, vigésimo, mais ou menos, oitavo, nono vigésimo, as pessoas recebem exatamente salário mínimo. Quer dizer, praticamente quase a metade dos trabalhadores domésticos que consegue a carteira de trabalho assinada recebe o salário



mínimo. Os outros ganham mais, mas tiveram reajuste, nesse período de 2004 a 2009, inferior ao salário mínimo, ou seja, se aproximaram do salário mínimo.

E, finalmente, esse outro gráfico. Por favor, o próximo: os sem carteira assinada. Aí a situação é mais precária ainda, porque é como eu falei: o salário mínimo serve como uma referência para o informal e você veem que é mais ou menos do 15º, o vigésimo da distribuição dos rendimentos do trabalho doméstico, sem carteira, é que as pessoas conseguem receber um salário mínimo. À esquerda, ou seja, a grande maioria recebe bem menos do que um salário mínimo.

Então, você pode ser até beneficiada na medida em que o salário mínimo cresce e também crescer, mas certamente as suas remunerações não crescem no mesmo nível que o salário mínimo.

Por favor, o próximo.

Bem, quais seriam os efeitos dessa nova política do salário mínimo sobre a distribuição de renda daqui para frente? Vamos ver, por favor.

Fiz aqui várias simulações. Fiz uma simulação com o crescimento real de 10% do salário mínimo, 20%, 30%, 40% e até 50%. E eu voltei com aquela primeira medida que eu usei: a relação dos 20 mais com os 20 menos e a relação dos dez mais com os 40 menos na distribuição da renda familiar *per capita*. E vocês veem que, à medida que o salário mínimo crescer mais e nós utilizarmos as regras atuais, essas relações tenderão a diminuir. Não no mesmo ritmo que ocorreram no passado, mas a tendência é clara. Quer dizer, se em 2009 a relação dos 20% mais com os 20% menos era 17,9, e com 50% de aumento do salário mínimo e aplicação da legislação atual, essa relação cairia para 17,6 – é uma queda; não é grande, mas é uma queda – e se você comparar os dez mais com os 40 menos, a relação cai de 16,1, para 15,4, a relação entre os rendimentos dos mais ricos e os mais pobres, segundo o aumento do salário mínimo que beneficia em princípio as pessoas que estão na parte mais baixa da distribuição.

Por favor, o próximo.

Esse dado aqui é interessante, quer dizer, tem muita informação aí, mais eu queria chamar a atenção para vocês, por exemplo, para a primeira coluna. A primeira coluna é o rendimento médio familiar *per capita*. Isso aqui mostra a desigualdade existente neste País.

Quer dizer, nós estamos ordenando a renda familiar *per capita* em décimos, décimo mais pobre, que é primeiro décimo ao mais rico, e vocês veem que, em média, a renda familiar *per capita* das pessoas mais pobres no País era da ordem de R\$ 68,00 *per capita* em 2009. Enquanto dos 10% superiores o *per capita* era R\$2.700, ou seja, era da ordem de 40 vezes mais em média o que uma pessoa em uma família 10% mais rica ganha em relação aos que estão embaixo.

Por coincidência, Eduardo, o primeiro décimo tem um rendimento de R\$68,00m que é me torno daquele valor que é referência para o bolsa família; se você tem um rendimento abaixo de R\$70,00 você tem direito a um adicional por



ganhar muito pouco e se você tiver entre R\$70 e R\$140 você perde uma parte, mas ganha o benefício pelas crianças.

Então, vocês veem que aqueles dois décimos inferiores são especialmente os décimos beneficiados pelo programa renda família que, por sinal, tem uma focalização muito boa e consegue beneficiar essas pessoas e levantar as suas rendas.

É claro que muitas não conseguem deixar de ser pobres, mas pelo menos você hoje tem um rendimento médio, transferido pelo bolsa família para cada família da ordem de R\$130,00; quer dizer, R\$130,00, em uma família que o rendimento médio é R\$68,00 representa uma renda importante para essa família.

A primeira coluna é para mostrar desigualdade e as outras colunas são para mostrar o efeito do aumento que o salário mínimo poderia ter com a nova legislação sobre os rendimentos dessas famílias.

Vamos pegar os extremos, vamos pegar a última coluna do que corresponderia ao aumento de 50% para o salário mínimo e comparar com a situação vigente em 2009. Vocês veem que, basicamente, quem perde é o décimo superior, que perderia de 42,09 para 41,23. Certamente é uma queda pequena, mas é uma queda; o movimento, a tendência clara seria de queda desse grupo e outros grupos têm um pequeno aumento, com exceção do primeiro grupo, ou seja, o salário mínimo não chega a atingir o primeiro grupo. Isso aí é uma coisa que, aparentemente, parece um paradoxo, mas é verdade, porque a família que já tem alguém ganhando salário mínimo já sai do primeiro grupo, já vai para o segundo grupo, para o terceiro etc., até porque o salário mínimo hoje em dia já cresceu bastante e representa uma renda considerável para essas famílias.

Então, o resultado geral é esse que eu queria mostrar. O benefício para os grupos intermediários, que tem um aumento mais significativo de suas rendas, e o décimo superior perde renda e há uma redistribuição para outros décimos, com exceção do primeiro e com muito pouca redistribuição para os décimos inferiores.

Por favor, a próxima.

Aqui é para mostrar, pelo índice de Gini, que também é um índice é um índice que eu já apresentei lá atrás, a gente pode olhar, por exemplo, a última linha em que mostra que, de 2009 para o futuro, você teria queda do índice de Gini. É uma queda pequena porque isso aqui é apenas o efeito só do salário mínimo, e mais nada. Você tem que ter outras políticas para melhorar a distribuição de renda, mas o fato concreto é que você mostra uma tendência de queda e que essa queda ocorre, especialmente, através do mercado de trabalho. Não há milagre, é mercado de trabalho. O importante é mercado de trabalho, é gerar renda no mercado de trabalho para que você melhore a distribuição de renda do País.

Acho que nós podemos passar para o próximo eslaide.



Isso aqui para explicar por que a redução na distribuição de renda é relativamente pequena para a gente entender agora o seguinte: onde estão localizadas na distribuição geral da renda, não mais no rendimento do trabalho, no rendimento das aposentadorias, quer dizer, na verdade, quer dizer o seguinte: onde estão localizadas na distribuição familiar *per capita* do rendimento no Brasil nas pessoas que ganham salário mínimo? E onde estarão localizadas essas pessoas se o salário mínimo crescer? É isso?

Eu vou pegar o caso extremo de o salário mínimo crescendo a 50%. Então vocês vão ter talvez aqui uma surpresa. O que significam os números, as barras vermelhas? As barras vermelhas significam, na distribuição da renda familiar *per capita* por décimos do mais pobre ao mais rico onde estão localizadas as pessoas que recebem no seu trabalho um salário mínimo? As pessoas que, trabalhando no seu emprego recebem um salário mínimo, onde se distribuíam segundo os rendimentos familiares *per capita*?

Vocês notam que, como acabei de mencionar antes, elas não estão lá na base. Lá na base, você só encontrava... Na verdade, 2009 é a linha azul. Desculpem. Em 2009, apenas 2,5% das pessoas que recebem um salário mínimo no mercado de trabalho estavam nas famílias mais pobres. Na verdade, a concentração de pessoas que recebem um salário mínimo no mercado de trabalho está nas faixas intermediárias. Onde? Segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, décimos. É ali. A renda média familiar *per capita* está no oitavo décimo. Só para informar vocês. Quer dizer, são pessoas que têm rendimento relativamente baixo, mas não tão baixo, porque a média do rendimento familiar *per capita* está no oitavo décimo.

Agora, o que significam as colunas vermelhas? As colunas vermelhas significam onde ficariam essas pessoas com um aumento de 50% no salário mínimo. Como o salário mínimo aumentando 50% ele vai sair na frente dos outros rendimentos de trabalho há um deslocamento para a direita. Ou seja, as pessoas se deslocam um pouco mais para a direita, se você tiver um grande aumento de salário mínimo.

É claro que eu estou supondo – isso é o resultado de uma simulação – eu estou supondo a situação de 2009 e mexendo na renda daquelas pessoas. Eu não estou considerando entrada de pessoas no mercado de trabalho e saída. Isso é o resultado de simulação. Mas só para lhes mostrar que, diferentemente do que muitas vezes o senso comum imagina, as pessoas que recebem salário mínimo não estão nas faixas mais pobres. Estão nas faixas intermediárias, das mais pobres para o meio da distribuição.

Isso vale para rendimento de trabalho e isso aqui vale para o rendimento de aposentadorias. O que eu distribuí aí é onde estão as pessoas que recebem um salário mínimo de aposentadoria na distribuição da renda familiar *per capita*? E vocês veem que elas, em grande parte, estão concentradas no sexto décimo, que é a coluna azul central. Ali estão, exatamente, as famílias que têm



rendimento médio *per capita* de um salário mínimo. Então são famílias que têm um idoso recebendo um salário mínimo, têm dois idosos, cada um recebendo um salário mínimo. Então, há uma concentração grande dessas famílias que recebem um salário mínimo de rendimento familiar *per capita* ali no centro. Óbvio que se você aumenta o salário mínimo essas pessoas vão se deslocar um pouco para a direita; então elas vão para onde estão as vermelhas, para o sétimo, para o oitavo e, às vezes, até mesmo para o nono e o décimo. Quer dizer, você vê que o efeito redistributivo do salário mínimo aqui confirma. Ele se passa muito mais através do mercado de trabalho do que através das pensões e aposentadorias. É esse o resultado que podemos concluir desse gráfico.

Agora, caminhando já para o final, vamos ver as nossas principais conclusões. Eu tenho dois eslaides de conclusões e eu vou ler aqui com vocês.

Bem, em primeiro lugar, é que trabalhos anteriores, alguns meus e outros de colegas meus, têm mostrado que o salário mínimo tem contribuído favoravelmente para a melhoria da distribuição da renda no Brasil, no passado recente. E as novas simulações confirmam esse potencial da atual política do salário mínimo no sentido de continuar contribuindo para a melhoria da distribuição da renda no futuro. Foi isso que nós mostramos com a nossa simulação.

Também mostramos que a contribuição do salário mínimo para a melhoria da distribuição da renda se dá principalmente através do mercado de trabalho e, em menor escala, através das aposentadorias, pensões e do próprio BPC. O papel do salário mínimo para a população muito pobre é relativamente pequeno, pois tais pessoas têm muito pouco acesso ao salário mínimo. Quando elas têm acesso ao salário mínimo, já deixam de ser muito pobres.

Ao receberem o salário mínimo, estou dando o exemplo do BPC, que você vai dar o salário mínimo na mão de uma pessoa muito pobre, de uma família muito pobre, essas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É bom definir que BPC é o Benefício da Prestação Continuada.

O SR. JOÃO SABÓIA – É eu falei como se fosse uma sigla que eu supus conhecida por todos. É um benefício de um salário mínimo que atinge 3,5 milhões de pessoas no Brasil e famílias que têm uma pessoa com deficiência, física ou mental, ou um idoso com renda muito baixa. Quer dizer, essas famílias é que tem. Esse é um programa de assistência social. Então é isso que estou dizendo. As pessoas se deslocam quando recebem salário mínimo.

No segundo eslaide de conclusões, eu diria que, na medida em que o salário mínimo continuar a ser aumentado, o seu potencial redistributivo deve diminuir, pois as pessoas que recebem salário mínimo no mercado de trabalho, através de transferências, já se encontram atualmente nos níveis intermediários da distribuição de rendimentos. Então elas se deslocam, quer dizer, são essas



peessoas que são as pessoas mais atingidas, beneficiadas com o aumento do salário mínimo daqui para frente.

Agora, eu queria falar do curto, do médio e do longo prazo e eu pensei o seguinte: no curto prazo, em minha opinião, o ideal, pensando em redução de pobreza e melhoria da distribuição da renda é uma combinação da atual política do salário mínimo com o fortalecimento de mecanismos de transferência focalizados nos mais pobres, como já vem ocorrendo no Bolsa Família, que, por sinal, ampliou o valor dos benefícios e ampliou a população beneficiada e tem, inclusive, mais de 13 milhões de famílias atualmente. Ou seja, em torno de 50 milhões de pessoas que são beneficiadas pelo programa Bolsa Família. Então, é muito importante a manutenção, a ampliação e o fortalecimento do Bolsa Família, até porque ele, sim, está focalizado nos mais pobres, enquanto o salário mínimo não está exatamente focalizado nessas pessoas.

No médio prazo, uma alternativa que está apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy e que, certamente, também teria uma contribuição bastante favorável seria a introdução da renda básica de cidadania; até porque como ela é um valor fixo para todas as pessoas, o valor fixo em uma renda baixa tem um peso muito maior do que o valor fixo em uma renda alta. Então, em termos redistributivos ela tem um efeito, a renda básica de cidadania. Em termos de pobreza, também, porque você, por menor que seja o benefício, é um benefício que vai atingir as famílias mais pobres, portanto, aumentando a renda dessas famílias.

Mas, pensando no longo prazo, é preciso, e aí, quer dizer, seria muito frustrante para nós, pensando no longo prazo, digamos, 10, 20 30 anos, que você tivesse daqui a 30 anos o programa Bolsa Família, porque os filhos dos atuais beneficiados não conseguiram sair da armadilha da pobreza. Mas para isso não tem milagre. Quer dizer, não adianta só botar renda na mão das famílias. Você tem que fazer algo mais para essas crianças entrarem no mercado de trabalho, lá na frente, em uma situação que ganhe, pelo menos, no mercado formal de trabalho, um belo salário mínimo. Certo?

Aí eu chamo a atenção para a qualidade do ensino público, até porque essa é uma questão central, é uma questão que está na Ordem do Dia, é um problema sério. Os testes aplicados mostram que nosso ensino – não só o ensino público, mas estou pensando ensino público, obrigação do Estado – precisa melhorar muito, para que essas crianças que estão hoje sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família estudem em boas escolas e daqui a dez, quinze, vinte anos elas estejam entrando bem no mercado de trabalho, com uma boa formação, com um bom salário mínimo e com uma economia que cresça bastante.

Então, agradeço a todos. Tenho apenas o eslaide final em que eu listo alguns artigos meus, publicados nos últimos anos, em torno da questão do salário mínimo. Com isso agradeço a atenção de vocês.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Professor João Sabóia, pela excelente exposição a respeito da evolução e dos efeitos do salário mínimo no Brasil e como ele tem sido importante para assegurar uma melhoria de condição de vida para tantos trabalhadores e também com os aposentados em nosso País e os beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada.

Vamos agora passar a palavra ao Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, do Município de Santo Antônio do Pinhal, ele que é um pioneiro dentre todos os prefeitos das 5.545 mil municipalidades do Brasil pois, em 2009, ele resolveu abraçar a proposta de instituir, municipalmente, uma renda básica de cidadania.

Lembro que aquilo que hoje é o Bolsa Família se iniciou, prezados Senadores Benedito de Lira e João Vicente Claudino, com experiências locais, como as do Distrito Federal, de Campinas, Ribeirão Preto e centenas de outros, até que aquilo se tornou uma norma, objeto de aprovação pelo Congresso e abraçado pelo Executivo e depois transformada no Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação no que é hoje o Bolsa Família. Da mesma maneira que temos no Brasil uma lei, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, que vai instituir a Renda Básica de Cidadania por etapas – é possível se iniciá-la por experiências locais – agora nós vamos poder ouvir o primeiro prefeito no Brasil que abraçou esta causa, o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, Município próximo ao de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira.

Mas vou deixar para ele falar das características e da história de Santo Antônio do Pinhal.

Tem a palavra o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira.

O SR. JOSE AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA – Bom dia a todos e a todas, saudar o Senador Eduardo Suplicy, agradecer pelo convite, a participação, saudar os demais os Senadores aqui presentes, saudar o Guy Standing, João Sabóia, professores, idealistas na questão de distribuição de renda.

O Senador Suplicy já fez um breve histórico e eu queria me aprofundar um pouquinho nesse histórico até para que as pessoas possam entender o porquê de a gente chegar nesse momento, em uma cidade como a nossa, Santo Antônio do Pinhal, acreditar nesse projeto de distribuição de renda através da Renda Básica de Cidadania.

O Município de Santo Antônio do Pinhal é um Município do Estado de São Paulo. Nós estamos lá na Serra da Mantiqueira, próximos a Campos do Jordão, é uma instância turística, uma instância hoje climática. Nós temos hoje quase 80 pousadas, 34 restaurantes; nós temos uma consolidação muito grande na base econômica nossa como sendo Município turístico. Isso, automaticamente, temos visto, nos últimos anos, que uma das indústrias que mais cresce, nos



últimos anos, não só no País, mas no mundo é a indústria do turismo; e Santo Antônio está inserido nesse processo de inclusão, realmente numa cidade, num cenário turístico, num cenário de distribuição de renda, melhoria da geração de renda local, da distribuição de empregos locais através do turismo.

Nós tivemos a felicidade de ser considerados, por vários anos, a cidade mais segura do Estado de São Paulo, e isso também é um fator bastante importante e indutor também de novas políticas públicas para a nossa cidade.

Vocês podem até perguntar: Puxa, mas se é uma cidade que tem um desenvolvimento tão positivo como a gente tem visto, uma cidade considerada uma das cidades mais seguras do Estado, com grau de desenvolvimento na sua geração de emprego, geração de renda, nós não temos grandes problemas sociais, como favelas, enfim aglomerados sem ordem de controle, e o Município consegue estar presente em todos os cantos do Município, a prefeitura, os órgãos estaduais, e isso reforça mais as políticas públicas que estão sendo instaladas no Município. E aí vem a pergunta: se é tudo assim, se tudo está tão positivo, por que pensar num novo modelo de distribuição de renda? Porque é simples: é muito mais fácil você partir do princípio onde você quer buscar um projeto piloto, um projeto inovador que possa ser distribuído e possa ser modelo para outros locais, onde você não tem a demanda tão oprimida na sua porta, cobrando; porque você pode aperfeiçoar esse programa, você pode trabalhar com tranquilidade para que a gente possa realmente aprimorar de forma a buscar qualidade, a buscar realmente atingir os nossos objetivos com a distribuição de renda.

E por acreditar que hoje devemos fazer políticas públicas preventivas, nós não podemos, nós temos que parar de trabalhar com o caso somente quando ele acontece, mas sim tentarmos o máximo possível. Principalmente nós prefeitos que estamos ali, que somos a ponte direta com a população, estamos no dia a dia com a população, nós temos que trabalhar muito as questões de políticas preventivas. E desde que eu tive a felicidade de participar de uma palestra do Senador Eduardo Suplicy, na Univap, em São José dos Campos, convidado por dois grandes amigos, a Marina Nóbrega e o Francisco – pesquisadores, entusiastas também da Renda Básica de Cidadania – que comecei a me entusiasmar por esse processo de distribuição de renda e tentei levá-lo para Santo Antônio, num formato de encaixe nas possibilidades do Município. Desde aí – estou no meu segundo mandato como prefeito – nós iniciamos esse processo em 2007, o meu primeiro mandato de prefeito, e vimos trabalhando para conseguir: primeiro, sensibilizar nossa população da importância dessa nova distribuição de renda e da parceria onde a riqueza local será distribuída e ficará no próprio local; segundo, buscar as formas, a regulamentação, o marco regulatório para que possamos realmente ter um programa, mas baseado realmente numa regulamentação, numa legislação municipal que possa dar sustentabilidade para o processo.



Com isso nós já tivemos – não é Senador? – vários momentos, momentos positivos, momentos de busca constante por novas alternativas de aperfeiçoamento. Não é porque você aprova uma lei municipal que você não vai, no decorrer do processo, fazer os devidos aperfeiçoamentos dessa lei. É isso que temos feito, rotineiramente, agora, aperfeiçoando os processos de implantação da Renda Básica de Cidadania em Santo Antônio do Pinhal.

Aprovamos a lei em 2009, que é a aprovação da Lei da Renda Básica Municipal, que foi um marco, em novembro de 2009, na nossa cidade. Após isso, começamos a busca intensa de parcerias, de grandes parceiros para que pudessem nos ajudar. Porque deixamos bem claro a nossa lei, que o Município vai estar aberto para arrecadar os recursos devidos não só do Poder, dos Governos, dos entes públicos, mas também da iniciativa privada, e isso foi uma busca constante, nossa, para que buscássemos esses recursos na iniciativa privada.

Tivemos a felicidade de, no decorrer desse processo, termos grandes parceiros envolvidos nesse processo, que nos auxiliaram muito, como a CAF – Corporação Andina de Fomento – que é um entusiasta, um apoiador desse processo de implantação em Santo Antonio.

Através da CAF, a Unicamp, através do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, que foi também um grande parceiro do Município e que está fazendo um estudo para conhecer as bases econômicas, o que é o Município de Santo Antonio, quais são as projeções, enfim, como podemos aperfeiçoar esse processo. Com isso, tivemos, no decorrer desses anos, vários parceiros essenciais – não é, Suplicy? – para que esse processo realmente chegasse ao que chegamos agora.

Ontem, tivemos a primeira reunião oficial do Conselho Municipal da Renda Básica. Em fevereiro deste ano, criamos o Fundo, por meio de um decreto municipal. Um fundo de economia mista que vai poder receber tanto recursos privados quanto públicos. Já fizemos, no decorrer do processo, vários contatos. Buscamos algumas empresas que possam colaborar com o Fundo de Renda Básica de Santo Antonio, até porque nossa ideia é emitir um selo social para essas empresas da região que possam colaborar.

Como disse, a indústria de Santo Antonio é a do turismo, mas temos, muito próximo, o eixo do Vale do Paraíba, com dois milhões e meio de habitantes, onde temos praticamente um nível de desenvolvimento industrial, comercial, de serviços bastante expressivo, sendo considerado um dos grandes eixos de desenvolvimento do São Paulo, a região do Vale do Paraíba. Com isso, temos ali grandes empresas que também vislumbram a possibilidade de colaborar na implantação dessa nova forma de distribuição de renda, a Renda Básica de Cidadania em Santo Antonio do Pinhão. Através, até mesmo, da certificação dessas empresas como aquelas que, realmente, contribuem com uma ação social de um Município que tenta, no mínimo, realizar as suas políticas sociais, mas mais



do que isso, busca, realmente, ser indutor e colaborador com outros Municípios, outras cidades, com realidades, muitas vezes, diferentes da nossa, muito mais complexas, mas que esse modelo de implantação possa ser exemplo disseminado não só nas pequenas cidades, mas também em todas as cidades do País.

Nós criamos o fundo. Hoje, ele é um fundo municipal. Seis por cento da renda tributária do Município vai para esse fundo, para que esse recurso seja distribuído. Nós, até momento, não fizemos a distribuição do recurso porque precisamos buscar, criar o fundo – como já foi criado – e termos recursos suficientes para que ele não seja finito, para que simplesmente não seja distribuído o capital, mas as aplicações, os rendimentos desse fundo e de forma ordenada.

Estamos discutindo hoje várias alternativas. Hoje, discute-se a possibilidade – foi discutida na reunião de ontem à noite – de iniciarmos esse fundo por meio da distribuição. A lei é muito clara, a distribuição tem de ser feita de forma gradativa, pegando dos que mais precisam e assim por diante. Com isso, há a possibilidade de começar a distribuição pelas crianças que nascem no Município a partir de agora, destinando 50% do valor a essa criança quando nasce, durante todos os meses, e, com os outros 50%, criaríamos mais um fundo educacional que, após a maior idade, já adulta, essa pessoa poderá usar o recurso para um fundo educacional. Trata-se de um recurso específico para que essas crianças possam custear o estudo, uma formação profissional de forma a buscar um emprego, a geração de renda e uma melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

É claro que não é fácil. O Senador tem acompanhado e sabe do entusiasmo de vários Prefeitos em relação a essa melhoria de distribuição de renda, quanto à possibilidade de termos algo mais, um instrumento a mais de distribuição de renda em nosso País. Vimos os avanços que o nosso País tem tido nos últimos anos em relação à distribuição de renda, mas é importante que projetos piloto, projetos que possam, no futuro, criar uma sinergia com os programas já existentes e que possam, realmente, fortalecer a distribuição de renda nos Países, que eles sejam apoiados.

Por isso, peço aqui, aproveitando o espaço, o apoio, Senador Eduardo Suplicy, não só do Senado Federal, mas também de todos os entes federativos, para que projetos piloto, projetos que possa ser, no futuro, sim, uma luz no fim do túnel, sejam realmente aprovados, apoiados, como forma de estudo, para que possamos buscar políticas públicas alternativas que venham ao encontro das necessidades deste nosso grande País, que se desenvolve, distribui renda e que quer, realmente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Então, faço esse apelo público aqui hoje, para que possamos, cada vez mais, mobilizar todos os entes federativos, Estados e Municípios.

Já tivemos possibilidade de conversar muito com o Estado de São Paulo, com o Secretário de Assistência Social, de Desenvolvimento Social de São



Paulo, Rodrigo Garcia. Também conversamos com o Ministério do Desenvolvimento Social, que também nos abriu as portas, para que pudéssemos iniciar a proposta, mas precisamos de mais. É preciso que haja mais empenho, que possamos acreditar mais que é possível.

Há uma frase que sempre uso de que o líder, na verdade, tem um grande papel. Muitas vezes, o maior papel daquele que lidera é criar, nas pessoas, sentimentos, expectativas de coisas que, muitas vezes, naquele primeiro momento, não existem, mas que, no futuro, podem, sim, existir e podem ser a solução de vários problemas e de várias demandas.

Quero, especialmente, agradecer a você, Suplicy, pelo trabalho que faz, pelo entusiasmo que tem por essa causa, uma causa que não vem atender uma questão pessoal, mas que vem atender uma questão coletiva, que é a distribuição de renda no País.

Ademais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira.

Eu queria apenas lhe solicitar o seguinte. Por exemplo, Senador João Vicente Claudino, vamos supor que um prefeito que esteja nos assistindo, de onde for, lá do Piauí, fale: “Poxa, como esse prefeito resolveu abraçar essa causa e apresentar um projeto de lei”?

Poderia nos falar brevemente como se caracteriza o projeto de lei e as etapas? Se tiver em mãos, pediria que deixe uma cópia, para transmitir à secretaria, aos membros da mesa e aos Senadores, por favor.

Assim, se algum prefeito perguntar ao Senador João Claudino quanto à realização desse projeto, em Teresina ou no interior do Piauí, quais seriam os artigos da lei, por favor.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUARNIERI PEREIRA – Senador, a nossa lei é constituída de quatro artigos. Ela é muito simples, muito objetiva, muito sucinta, até porque deixamos muito claro que várias formas de regulamentação seriam feitas por meio de decreto municipal, com a criação do fundo.

O art. 1º, com o objetivo de fazer a nossa cidade São Antonio do Pinhal um Município que harmonize o desenvolvimento econômico, social sustentável, com a aplicação dos princípios de justiça, que signifique a prática da solidariedade entre todos os seus moradores e, sobretudo, para garantir maior grau de dignidade para todos os habitantes. Assim fica instituída a renda básica de cidadania.

A abrangência mencionada nesse artigo deverá ser alcançada por etapas, a critério do Conselho Municipal, que foi criado em fevereiro deste ano. Um Conselho Municipal cuja constituição é de sete membros da sociedade civil organizada, seis membros do Poder Executivo e um membro do Poder Legislativo, de forma paritária, de forma a garantir a igualdade dos passos na aprovação da política pública da renda básica em São Antonio do Pinhal. O Conselho visa,



principalmente, a transparência dos seus recursos, das arrecadações desses recursos e, principalmente, de forma paritária, em que vários membros da sociedade organizada, como a Associação de Produtores Rurais, Associação Comercial, Associação de Desenvolvimento Turístico, Conselhos Municipais possam ter cadeira efetiva e possam ter cadeira efetiva e possam opinar diretamente, juntamente com os membros do poder público, no dia a dia da aprovação e distribuição de renda.

Assim, fica instituído o Conselho Municipal, que é regulamentado pelo art. 2º, ordenando a forma de gestão e aplicação dos recursos, os requisitos para esse processo.

O art. 4º se refere às receitas do fundo. Essa receita é constituída de: 6% de receitas tributárias dos Municípios, repassadas ao Fundo Municipal, doações de pessoas físicas ou jurídicas. É aquilo de que falei quanto ao fundo ser tanto de ordem privada quanto pública, nacionais ou internacionais, haja vista a parceria que tivemos com Corporação Andina de Fomento (CAF), transferências realizadas por outros níveis de governo, sejam oriundas do Estado ou União, produtos de aplicação de recursos disponíveis e outros recursos.

Então, é um fundo bastante amplo. A possibilidade de arrecadação desses recursos é bastante flexível, para que possamos buscá-la nos vários segmentos da sociedade organizada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira.

Quero aqui ressaltar que quando estivemos no Fórum Social Mundial de Belém do Pará, em 2009, em conversa com o Ministro do Desenvolvimento Social Patrus Ananias e com o professor Pablo Yañez sobre a perspectiva da renda básica na América Latina, Célia Lessa Kerstenetzky – naquela ocasião estavam o Prefeito e a Diretora Moira Paz Estenssoro, da Corporação Andina de Fomento, hoje é o Banco de Desenvolvimento dos Países da América do Sul – se entusiasmou e disse que queria ajudar; e proveu um fundo da ordem de US\$ 100 mil, para que, em convênio, a CAF, a Unicamp e a Prefeitura Municipal fizessem um estudo – inclusive se algum prefeito desejar conhecer – muito bem feito sobre as perspectivas, os passos que poderão ser dados para levar adiante esse propósito.

Eu vou até aproveitar para fazer um elo, porque o professor Guy Standing, que, em 1986, foi um dos cofundadores da BIEN, Basic Income European Network, depois, em 2004, transformada em Basic Income Earth Network, de rede europeia de renda básica para rede mundial de renda básica, ele, interagindo com os professores Philippe Van Parijs, Claus Offer, Robert van der Veen, Walter Van Triere Lewin e tantos outros, James Edward Meade, Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, que depois também se tornou um dos membros do Conselho de Honra da BIEN, já portanto há 26 anos interagindo com esse grupo. Mais especialmente o professor Guy Standing, que hoje está na



Universidade de Bath, por muitos anos foi diretor da International Labour Organization, a Organização Internacional do Trabalho, responsável pela área de seguridade economica e social, de 1999 a 2005, antes Diretor das Políticas de Mercado de Trabalho na própria ILO e também Assistente Técnico para a Área da Europa Oriental e da Rússia, de 1991 a 1995, e justamente depois da queda do Muro de Berlim, ele ali estudou muito o que se passava no Leste Europeu; mas ele também trabalhou para o Banco Mundial, para a UNDP, para a Unicef, a Comissão Europeia para assessoria, portanto, com uma larga experiência.

Senador Ivo Cassol, seja bem-vindo à nossa comissão, a nossa audiência.

Então, o professor Guy Standing, nestes últimos anos, tem viajado, por exemplo, pela Oceania, Austrália, Nova Zelândia, Japão, tem estado na Índia, tem acompanhado de perto ali experiências pioneiras sobre as quais eu gostaria que ele aqui falasse.

Foi um dos entusiastas e acompanhou toda a formação da South African Coalition for a Basic Income, acompanhou de perto a formação da Namibian Coalition for a Basic Income, e foi um dos que colaboraram com o Bispo Zephaniah Kameeta, Presidente dessa coligação para que se tornasse uma realidade e também uma experiência pioneira.

É um profundo conhecedor também da experiência pioneira e bem-sucedida de um dividendo igual pago a todos os habitantes do Alasca, e ele já veio ao Brasil cerca de 15 vezes. Participou, no Senado, em 1998, de um grande simpósio sobre o conceito da garantia de uma renda para todos e, portanto, ele poderá inclusive fazer sugestões para o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira e para todos aqueles que estejam nos ouvindo e queiram também realizar experiências locais.

Tem a palavra o Professor Guy Standing, da Universidade de Bath, e co-presidente de honra da BIEN.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Desculpem por não conseguir falar português e eu espero que a tradução seja capaz de acompanhar o que eu vou dizer.

É uma grande honra ser convidado para esta Casa e eu vou tentar gerar um valor agregado neste debate, sabendo que o Brasil, na realidade, está na vanguarda da reforma das políticas sociais no mundo atual e estabelecendo exemplos que têm sido observados com um interesse considerável pelo mundo inteiro.

Eu gostaria de começar por agradecer também ao Prefeito de Santo Antonio por me ter convidado a visitar o seu belo município, a sua bela cidade, e eu desejo a ele todo sucesso com o projeto piloto em andamento.

O que eu achei que poderia fazer nas minhas observações seria, primeiro, considerar alguns aspectos da reforma da proteção social, no Brasil, em segundo lugar, considerar o contexto global em termos de desenvolvimento do



mercado de trabalho à medida que ele vai afetando, no Brasil, o futuro das possibilidades futuras para uma reforma.

E, nesse sentido, estou lançando um livro, recém publicado, que me tem feito viajar pelo mundo inteiro, chamado Precariedade. É sobre o crescimento da precariedade em todo o mundo, que eu observo como sendo um novo perigo, ou uma classe de ameaça que deve ser enfrentada pela classe política e pelos formuladores de políticas sociais, senão poderá se tornar um desenvolvimento muito devastador.

E gostaria também de dizer ou fazer algumas considerações sobre esquemas de projetos piloto de rendas básicas que o Senador Suplicy mencionou, nos quais eu estive envolvido na África e, atualmente, também na Índia, onde nós temos um grande projeto piloto em andamento.

A primeira coisa, então, seria considerar, do ponto de vista de um observador externo, onde você se situa no desenvolvimento da proteção social.

Quando eu vim ao Brasil a primeira vez, em 1992, o Senador Suplicy me convidou para uma reunião. Nessa época, se vocês se recordarem, o índice Gini, ou coeficiente de Gini, que foi mencionado anteriormente, era talvez o pior no mundo, juntamente com o da África do Sul, e era uma constatação chocante de uma situação terrível. E é maravilhoso dar o testemunho de bem-sucedidas administrações. Desde então, o índice de Gini e outros índices de iniquidade foram reduzidos ou mitigados e milhões de famílias e indivíduos brasileiros têm ganho melhoria no seu rendimento e aumento da sua segurança através da Bolsa Escola, primeiro, depois, da Bolsa Família e desenvolvimentos favoráveis na política do salário mínimo.

Tendo dito isso, permito-me então fazer comentários adicionais, apontando alguns dos problemas que eu, como economista de análise social, observo como algo que deva ser enfrentado.

Primeiro, o Bolsa Família se apóia no seu nome, em condicionalismos, em condicionalidades. E não apenas em condicionalismos, mas em focalização das pessoas que são vistas como pobres, e há certo grau de seletividade.

Bom, todos esses aspectos de proteção social levantam questões ou problemas muito difíceis. As condicionalidades que têm sido utilizadas no programa Bolsa Família são condicionalidades relativamente boas, porque não exigem comportamento do mercado de trabalho por parte do recipiente do benefício. Exigem que as crianças freqüentem a escola e que haja atenção à saúde para as crianças.

Então, o grau de paternalismo é relativamente justificável e não gera efeito distorcido no comportamento dos indivíduos e das famílias. A questão é que, ao redor do mundo, as pessoas estão olhando o que está acontecendo no Brasil e no México também e em alguns outros países da América Latina, onde as transferências de rendimento com condicionalismo têm sido realizadas com algum



sucesso, sugerindo que as condicionalidades em si mesmas são uma parte desejável da proteção social.

Então mais e mais países estão atingindo e implementando condicionalismos cada vez mais rigorosos para permitir o acesso a benefícios sociais. Eles exigem que as pessoas passem, por exemplo, por um teste de pobreza. Exigem que as pessoas demonstrem certos tipos de comportamentos. E cada segmento de condicionalidades tende a resultar em um nível mais baixo de alcance, em menor percentual de pessoas que são elegíveis para serem beneficiárias e que de fato conseguem receber esse tipo de condicionalidades.

Nós temos visto isso em países mais ricos, vimos isso na Suécia, na França, na Alemanha, e temos visto isso também em países mais pobres. É algo que é universal.

Eu creio que o perigo dos anos adiante será os formuladores de políticas se aprofundarem nessa estrada utilitária e introduzirem condicionalismos mais rigorosos. Eu espero que os formuladores de políticas, no Brasil, nos próximos dez anos, sejam sábios no sentido de adotar o caminho oposto.

E isso nos leva aos cinco princípios de justiça que eu gostaria de recomendar e que todos os formuladores de políticas sociais no Brasil, os políticos devem demandar para qualquer reforma que esteja em reformulação.

Em 2008, houve uma excelente conferência organizada sobre proteção social. Foi organizada em Brasília e o Presidente Lula estava tão interessado nessa conferência que não apenas participou da abertura, mas ele também voltou para a parte final, para ouvir os resultados das nossas discussões. Foi excelente e muito produtiva, com muitos especialistas internacionais participando.

E eu fiz as seguintes colocações nesse encontro. Há cinco princípios pelos quais qualquer reforma da política social avança com esse objetivo maravilhoso da administração da Presidenta Dilma de erradicar a pobreza e universalizar a segurança no futuro. E os cinco principais são os seguintes: o primeiro é que qualquer político de uma corrente liberal ou de uma vertente de esquerda, qualquer político deve aceitar. Isso é o que se chama o princípio da diferença de segurança em relação às regras. E o princípio é o de que uma política só é socialmente justa se aumenta a segurança dos mais inseguros e vulneráveis grupos da sociedade.

Bom, se você aplica esse princípio para muitas das reformas sociais ocorrendo ao redor do mundo, você vai verificar que elas falharam, porque os realmente pobres são aqueles que estão estigmatizados, que tem mais dificuldades para atender às condicionalidades impostas e, por vezes, muito assustados e muito empobrecidos.

O segundo princípio é um que se relaciona muito com o modo como o Bolsa Família poderia se desenvolver no futuro. Isso eu chamo de o teste de paternalidade ou o princípio do teste de paternalidade. E a essência desse



princípio é dizer que uma política social é justa, ou ela considera-se justa apenas quando não impõe controles em alguns grupos na sociedade, que não são impostos nos mais livres.

Se os pobres estão sujeitos a diretrizes e controles onde os mais ricos e a classe média não tem que atender a esses controles, isso ofende o teste da paternalidade. É um princípio muito importante porque o que nós estamos observando ao redor do mundo é uma manobra para dizer aos mais pobres o que eles devem fazer e sobre o que eles não devem fazer em termos de receber, serem elegíveis para receber um benefício social e ter uma existência digna. Essa direção utilitária é particularmente perigosa no que observamos ao redor do mundo.

O terceiro princípio é relacionado com isso também. O terceiro princípio fala que são direitos, é um princípio de direitos e não de caridade. Uma política é socialmente justa apenas quando se amplia os direitos dos recipientes de tal política social e não torna os beneficiários em beneficiários de algum tipo de caridade. Caridade não proporciona direito às pessoas. Caridade é dizer: "Eu tenho pena de você, então eu vou decidir se você é suficientemente pobre e tenho pena de você para eu decidir como burocrata, para prover assistência para você." Isso também está acontecendo ao redor do mundo, permitindo aos burocratas ter um julgamento discricionário sobre quem deveria receber ajuda e quem não deveria receber ajuda. Isso é muito perigoso e leva a um comportamento discriminatório para com as minorias, para as pessoas que não têm um bom aspecto, ou para as pessoas que não têm os mesmos valores como os burocratas, ou seja lá quem for.

O quarto princípio, que é muito importante também, é aquele que eu chamo o princípio do trabalho digno. Uma política social é justa apenas quando ela ressalta a capacidade das pessoas de seguirem uma vida digna com um trabalho digno, uma existência dignificada e a capacidade de se autodesenvolverem. Políticas ao redor do mundo que dizem às pessoas o que elas têm que fazer, trabalhos mínimos em contrapartida de uma remuneração mínima ofende o princípio da dignidade.

E o quinto princípio, que muitos jovens apreciam muito mais do que a geração anterior à deles, é o que eu chamo de o princípio das restrições ecológicas. São as políticas sociais que dependem de empurrar as pessoas para fazerem coisas que são ecologicamente condenáveis e evitar que elas façam coisas que são ecologicamente boas como, por exemplo, cuidar da comunidade, cuidar dos nossos parentes e amigos. Isso ofende o princípio da restrição ecológica.

Bom, eu gostaria de voltar ao segundo tema sobre o que eu quero dizer aqui hoje. O que nós vimos na globalização e na liberalização econômica ao redor do mundo é uma fragmentação de classes que está ocorrendo; fragmentação de classes que, na realidade, torna muito difícil medir a não



iniquidade do modo antigo do coeficiente Gini e a razão para isso é que as pessoas, nos escalões mais altos da nossa sociedade, no sistema global, estão ganhando uma proporção crescente de seu rendimento e de sua segurança fora dos sistemas normais de medição de rendimentos financeiros. E, ao mesmo tempo, nas camadas mais baixas, o crescimento de milhões de trabalhadores e milhões de famílias que estão sendo empurradas para a precariedade. Uma precariedade onde ele sofre de múltiplas formas de insegurança e crescentemente tem que depender apenas de rendimentos financeiros.

Alguns tipos estão perdendo os benefícios dos empregadores, estão perdendo o direito às pensões, estão perdendo o direito às pensões, estão perdendo direito às férias pagas, não tem cobertura de seguro médico, não tem bônus, não tem todos os privilégios que muitos de nós nesta sala temos como garantidos, como parte do nosso estilo de vida. A precariedade tem a sua existência baseada na insegurança. Eles têm problemas com sua habitação, com a sua educação, tem problemas com a sua saúde e estão muito próximos do desastre a qualquer momento. E a diferença entre a precariedade de hoje e o velho modelo industrial, onde o *status* e a segurança social europeus foram construídos é que a precariedade enfrenta incerteza, uma incerteza crônica. E o problema com a incerteza é que você não pode calcular a probabilidade de um desastre.

Se estou lidando com um risco, eu posso trabalhar com um cálculo atuarial, como me prevenir contra isso, mas em relação a choques e acidentes e incertezas você não pode fazer esse tipo de cálculo. Então, o sistema de segurança social tem que compreender que tem que prover segurança básica para todos de modo a que eles sejam capazes de terem uma vida civilizada e se tornarem cidadãos dignos. Essa é uma das razões principais pelas quais nós temos que avançar para uma renda básica como sendo a base de um sistema de proteção social.

Quero acrescentar a essa segunda seção fazendo um aviso. A não ser que os políticos compreendam a natureza desta crescente precariedade eles irão enfrentar uma ameaça realmente preocupante no futuro próximo. Nós estamos vendo isso na Europa de uma forma terrível. A primeira parte da precariedade está caindo no que se chama insegurança, que gera políticas de orientação fascista.

O outro grupo é um grupo de jovens que está muito frustrado, muito zangado, muito desiludido com a classe central política. Nós estamos vendo isso, um movimento de indignados. Temos movimento na Praça de Atenas e em muitos outros locais. Os precários têm que ser estudados. Essa precariedade tem que ser estudada pelos políticos quando formulando política social e quando revisando os valores a serem implementados nessa política.

A coisa final que eu gostaria de falar é algo sobre o qual eu tenho um sentimento muito especial. O Eduardo, meu amigo, compreende bem isso, e vocês compreenderão também.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me interromper por um breve momento porque o Senador Cristovam Buarque, que foi o Governador do Distrito Federal, de 1995 até 1999, foi o primeiro a introduzir, juntamente nesse ano com o Prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira – ambos foram pioneiros na introdução de uma renda garantida mínima relacionada com o programa educacional que eu batizo como Bolsa Escola, e o que nós temos hoje é o Bolsa Família que tem muito a ver com a sua iniciativa. Então, eu pedi ao Prof. Guy Standing para nos dizer sobre experiências locais que estão sendo desenvolvidas no mundo, tais como aquela que o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira mencionou há instantes aqui sobre o que está acontecendo no Município Santo Antônio do Pinhal.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Já tive oportunidade para tomar conhecimento. O Senador Buarque e eu já nos encontramos antes, e eu o respeito pelo trabalho fantástico que realizou na década de 90. E vou dizer e tenho a certeza de que ele se juntará a mim nessa observação: vou dedicar a próxima parte da minha apresentação a uma mulher maravilhosa que também ajudou, mas não como você, a um nível mais alto, mas uma pessoa no âmbito da municipalidade: essa pessoa é Dorcelina Folador, que foi prefeita, e como você sabe foi assassinada. Ela era uma mulher muito corajosa que também compreendeu que nós tínhamos que avançar nessa direção. E eu gostaria de dedicar as minhas próximas observações à sua memória e como um tributo também ao seu trabalho na mesma direção – prefeita de Mundo Novo.

Nos últimos dez anos, nós tivemos oportunidades em vários locais que nós não estávamos esperando para lançar projetos piloto de transferência de dinheiro, que são programas de transferência de renda. O primeiro que nós fizemos foi na Namíbia, numa área muito pobre, em algumas aldeias daquele país. E nessas aldeias, durante dois anos, mensalmente, as pessoas recebiam um rendimento em dinheiro sem condicional de idade; e monitoraram os efeitos no comportamento e nas atitudes dos recipientes, e desenvolveram seu envolvimento nessas comunidades. Creio que a história já é bastante conhecida hoje, mas os resultados foram muito positivos.

Então, surgiu uma oportunidade quando eu estava trabalhando com a Associação das Mulheres Autônomas na Índia – Sewa se chama essa associação –, que é uma das maiores organizações femininas no mundo. Ela busca as mulheres que estão no mercado informal, nas favelas em toda a Índia, nas aldeias, as que estão nas condições mais terríveis que estão sendo vivenciadas pelas mulheres. E depois, numa série de reuniões com as suas lideranças, tornaram-se favoráveis a desenvolver um programa piloto de renda básica nas aldeias indianas e na capital Déli, e tivemos a sorte de arrecadar algum dinheiro e conseguir a boa vontade e o apoio político dos legisladores para desenvolver esses programas piloto.



Isso começou no ano passado, e estou em vias de voltar à Índia para ver no campo, fazer a avaliação dos primeiros resultados.

Nós estamos fazendo um programa de renda básica, transferência, em 22 aldeias de Madhya Pradesh. Madhya Pradesh tem uma população de mais de 50 milhões de habitantes. Então, não é um Estado pequeno. E, nas aldeias desse Estado, todos os homens, todas as mulheres e todas as crianças recebem uma prestação pecuniária paga mensalmente e sem qualquer condicionalismo para as crianças, que é dado para a mãe ou para a mãe adotiva, mas é provido individualmente, é incondicional e é em dinheiro vivo.

O que fizemos é que, antes de lançar esse projeto, definimos uma linha de base, um inquérito da linha de base sobre as condições de vida das pessoas vivendo nessas aldeias. Recolhemos informação sobre os fatos nutricionais, sobre as condições de saúde, sobre níveis de frequência escolar, comportamento escolar, *status* da mulher, atividades econômicas e, aí, dissemos que iríamos fazer esse projeto piloto de renda básica. Isso foi desenvolvido imediatamente através de um dia de conscientização, e, subsequentemente, todo mundo tem vindo a receber o benefício, exceto que, em algumas das aldeias, usamos como ponto de controle, para poder fazer a comparação dos resultados sobre o que foi feito, um sistema de análises randômicas e resultados obtidos e estabelecemos essa metodologia para satisfazer as últimas técnicas estatísticas disponíveis e convocamos o Banco Mundial para nossas reuniões e vários outros grupos de várias partes do mundo.

E gostaria de dizer a vocês, após um ano, alguns dos resultados obtidos, porque são fortes, são resultados realmente expressivos, a nutrição das crianças aumentou, o desempenho escolar das crianças aumentou, a frequência escolar das crianças aumentou, sem condicionalidade. A eles não lhes é dito que devem mandar as crianças para a escola, a eles não lhes é dito que têm que dar as suas crianças melhor alimento, as pessoas sabem o que fazer e aprendem o que precisa ser feito. Também estamos observando, como vocês viram com o Bolsa Família, uma melhoria na oferta no mercado de trabalho, pessoas mais saudáveis, pessoas que têm suficiente comida em seus estômagos conseguem trabalhar melhor, de modo mais produtivo, comprar melhor vestuário e melhor instrumentos para atividades econômicas de pequena escala.

Estamos vendo uma maravilhosa mudança no *status* das mulheres nessas aldeias. Elas, certamente, têm numerário em mãos e podem negociar com os seus maridos, com os seus pais e com os seus filhos um modo como melhores cidadãs em suas comunidades. E estamos observando uma produção crescente, de modo que as pessoas estão cultivando melhor as suas terras, estão comprando ferramentas, estão reduzindo o seu nível de endividamento, que era uma grande constrição as suas atividades de empreendedorismo.

Assim como observamos na Namíbia, estamos observando um decréscimo no crime econômico. Uma pessoa desesperadamente pobre, que tem



uma criança pequena sem comida, não pode se esperar que seja um ser humano ideal, são indulgentes no crime para sobreviver. Temos que compreender isso e compreendemos. Então, por que não colocar em prática? E estamos vendo que o crime econômico está caindo e, como resultado, os lavradores, agricultores de pequena escala se sentem mais confiantes para plantar mais semente, porque não esperam que as colheitas sejam roubadas. Este é um efeito muito positivo nas comunidades empobrecidas da zona rural.

Bom, o projeto piloto ainda está em andamento, e estamos recebendo uma série de informações. É o estudo mais abrangente com o qual já estive envolvido, temos milhões de dígitos de informações, e as lições aprendidas são algo que espero possa ser utilizado em outros países, especialmente no Brasil, nos seus avanços, para ter projeto piloto, ter modos inovadores de proteção social. Este é o período na história quando podemos ser inovadores, porque os velhos modelos não funcionam neste sistema global de incerteza e insegurança.

Concluindo, coloco-me à disposição para responder a perguntas, mas espero poder regressar, para apresentar os resultados completos dos projetos piloto que estão sendo desenvolvidos no mundo inteiro e desejo muito sucesso a vocês.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronunciou-se em língua inglesa, com tradução simultânea.) – Muito obrigado, Professor Guy Standing.

Apenas alguns esclarecimentos. Quanto é o valor da experiência local nessas aldeias, nos aldeamentos da Índia e sobre o financiamento? Existe iniciativa local para o financiamento desse programa ou o financiamento ocorre com outras contribuições?

Creio que o senhor mencionou, mas gostaria que fosse compartilhado por todos, para saberem, por exemplo, que o senhor mencionou para mim que o Unicef também estava colaborando. Então, esses aspectos são importantes para tomarem conhecimento.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Bom, vou responder a isso com toda satisfação. Inicialmente, o Pnud colocou algum dinheiro, algum capital de giro à disposição para projetos na zona oeste de Déli, dos quais não falei, mas onde foi dada às pessoas uma escolha entre terem uma renda básica ou continuarem com a comida subsidiada, o que chamam de programa de distribuição de alimentos. E isso foi através de uma contribuição do Pnud que foi viabilizado. E foi muito interessante nesse projeto piloto observar que a experiência das pessoas que optaram por receber o benefício em dinheiro conduziu mais pessoas a quererem mudar do programa de alimento subsidiado para o programa de transferências em dinheiro ao longo da experiência; o Unicef também tem apoiado.



Além disso, uma coisa que não mencionei antes, mas que é muito importante na área rural, em todas as partes do mundo: relacionamos os projetos, linkamos os projetos a uma tentativa para melhorar a inclusão financeira de famílias pobres, para lhes permitir o acesso a sistemas bancários cooperativos ou a uma conta bancária para, de fato, poderem guardar o dinheiro e cuidar das suas economias. E tivemos financiamentos de várias agências privadas, um financiamento desse programa de inclusão financeira.

O senhor tem razão, o Unicef tem sido o principal doador para esse projeto e tem dado um apoio muito bom e muito corajoso, apoiando um projeto piloto tão arriscado. No momento, estamos pagando o equivalente a US\$12 mensais para cada pessoa, o que funciona, sendo cerca de 40% do rendimento de subsistência dessas pessoas. Estamos atravessando uma fase muito estranha no projeto, onde o Primeiro Ministro desse Estado está tão entusiasmado com os resultados que quer fazer uma expansão do programa ou assumir um compromisso para todo o Estado, para garantir a sua reeleição. E é muito surpreendente para ela; estou pleiteando que ela não faça essa expansão para todo o Estado, deve-se, primeiro, observar os resultados do piloto antes de se tornar politizado e fora de controle. Mas o implante desse projeto durante dois anos que vai terminar em dezembro deste ano. E se ela desejar, então, assumir um compromisso para o próximo ano, serei o primeiro a dar o apoio e ser seu eleitor, apesar de não ser um eleitor indiano. Mas é indicativo, creio eu, como mudança política, assim como ocorreu na década de 90 com a sua iniciativa, quando, subitamente, desencadearam um incêndio de reformas mais progressistas, quando as pessoas subitamente mudam de modos de pensar inviáveis para algo que é inevitável, indesejável e é muito excitante que talvez, nos próximos dois ou três anos, entremos nessa fase.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, se quiser já fazer suas indagações, tem a palavra, tanto para o Professor João Sabóia, que nos brindou com uma excelente análise dos efeitos da política do salário mínimo e também fez considerações sobre os programas de transferência de renda, tanto o Bolsa Família quanto a perspectiva da renda básica, e o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira nos falou da iniciativa de se iniciar uma experiência local de renda básica de cidadania para os 6.600 habitantes, aproximadamente hoje, lá de Santo Antônio do Pinhal, perto de Campos do Jordão, uma estância climática sobre a qual ele nos falou.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, vou ter uma pergunta, mas, antes, quero fazer alguns comentários. Primeiro, quero dizer da satisfação de estar presente diante do Professor Guy Standing. Conheço os trabalhos dele, conheço a preocupação dele e considero que faz parte de um daqueles raros grupos que Celso Furtado chamava de



economistas que têm os olhos pela ótica da pobreza, e não pela ótica da riqueza; aqueles economistas que sabem que a redução da pobreza não vem, como a gente imaginava nos anos 60, do chamado *trickle down*, a distribuição de renda, e, inclusive, como o Senador Suplicy defende como um dos impactos da renda mínima, pode haver um *trickle up*, ao investir nas camadas mais baixas da população, isso gerar uma dinâmica econômica que chega até as altas classes. Afinal de contas, com a renda mínima, as camadas mais pobres vão comprar coisas. Estas coisas são produzidas por operários que nem são tão pobres e terminam gerando renda para os engenheiros das fábricas e até lucro para os empresários. Seria um *trickle up*.

Então, a minha satisfação por estar aqui. Lamento ter chegado atrasado por causa das outras Comissões, e, por isso, não pude assistir à palestra do Sabóia e também do Prefeito José Augusto.

Mas o que achei de tão importante na fala do Professor me faz recomendar, Senador Suplicy, que ela seja rapidamente traduzida, publicada e distribuída entre os Senadores e mesmo a um público mais amplo. Creio que o senhor trouxe, por um lado, uma análise do problema da pobreza, por outro, um reconhecimento de programas brasileiros que nem sempre são reconhecidos aqui, como a renda mínima que, até hoje, há pessoas que esnobam. Então, recomendo que isso seja traduzido com uma introdução sua e, se for o caso, eu gostaria de dar uma contribuição, que é esta própria fala.

O que venho discutindo e trouxe um livro para distribuir para o senhor – distribuir não, porque eu trouxe uma versão em inglês; depois, dou em português. É um livro de 13 anos atrás sobre como abolir a pobreza, com uma visão que está na lógica de vocês, a lógica de que se ataca diretamente o problema da pobreza e não se chega à pobreza através da economia. E a ideia que coloco aqui, e que gosto de chamar de um keynesianismo social e produtivo, ou produtivo e social, e, às vezes, acrescento sustentável, é a ideia de o Estado transferir renda para as pessoas, mas cobrando delas – aí vem o problema da condicionalidade, e vai ser minha pergunta – que produza o que ela precisa para sair da pobreza. Você paga uma mãe para que o filho estude. Ela vai sair da pobreza, na verdade, pela educação, e vai sobreviver, decentemente, pela renda. Você paga a famílias pobres de uma favela para que pinte suas casas, melhore as condições da casa; você contrata gente para colocar água, esgoto. Então, tem o lado keynesiano de transferência de renda para dinamizar a demanda, mas tem o lado de aumentar a oferta exatamente dos bens que as famílias pobres precisam. Porque, no Brasil, durante décadas, vendemos a ideia de que, construindo casas e apartamentos para ricos, reduziríamos a pobreza pelo salário mínimo do trabalhador; que, produzindo automóveis, reduziríamos a pobreza porque teríamos crianças que receberiam esmolas nos sinais de trânsito, que não receberiam, se não fossem os automóveis; ou, não sei como o tradutor vai traduzir, os flanelinhas, que são esses meninos que ficam cuidando dos carros.



Então, a gente precisa ter uma visão nova do enfrentamento da pobreza. Transferência de renda com mobilização dos pobres desempregados para que produzam o que precisam, inclusive, transformando o conceito de desemprego em população não mobilizada economicamente. É diferente população não mobilizada de população desempregada. Desempregada é quando não está empregada no sistema econômico produtivo tradicional; não mobilizada é quando não está sendo usada para fazer aquilo que, se fizer, melhora a situação dela, como contratar uma mãe para que o filho estude; ou, como fazíamos aqui, colocar dinheiro em uma caderneta de poupança, se a criança passar de ano, guardando o dinheiro na caderneta até o final do ensino médio, para incentivar a conclusão do ensino médio, para segurar as crianças na escola.

A isso eu chamo, nesse livrinho que lhe vou passar, de incentivos sociais. Um deles é a Bolsa Escola; outro é essa poupança escola; outra foi um programa muito rico que fizemos aqui, no Distrito Federal, de fazer, e, aí, falo para um Prefeito, embora São Paulo seja muito diferente, em vez de contratar grandes empresas para fazer a limpeza urbana, organizamos pobres desempregados para que eles pudessem fazer a limpeza, usando carroças puxadas a cavalo. Fomos ao mais simples da tecnologia antiga, medieval, mas incorporamos, pagando um salário mínimo e ensinando a fazer a reciclagem do lixo que eles vendiam e completavam a renda.

Fizemos um programa de pagar um analfabeto para que ele aprendesse a ler, o que chocou muita gente, porque o Brasil se acostumou a dar bolsa de estudo para quem já se formou em engenharia para fazer um PhD em engenharia, mas não aceita pagar com uma bolsa quem não aprendeu a ler na idade certa.

Era um programa bonito, Professor, porque não dávamos o dinheiro; comprávamos a primeira carta que ele escrevesse na sala de aula, para evitar pagar todo mês, e ele, analfabeto, mas inteligente, nunca dizer que aprendeu a ler. Então, pagávamos pela carta. Na época, alguns disseram que eles iam trazer a carta de casa. Dissemos: não, vai ter que escrever na sala de aula. Aí, outros disseram que muitos alfabetizados se inscreveriam no curso e fariam a carta para ganhar os R\$100,00 da época. Eu disse: mas a gente exige a frequência durante, pelo menos, quatro meses, e, se alguém, sabendo ler, assiste a quatro meses de curso, merece o dinheiro pela paciência que teve.

Então, isso dos incentivos sociais não exclui a renda mínima. Ao contrário, a renda mínima é um programa que tem que existir, mas acho que, ao lado, temos que mobilizar as pessoas para que produzam o que elas precisam. É aí que vem a diferença entre a transferência condicionada e não condicionada de renda. As duas são importantes. Mas creio que o impacto sobre a pobreza é maior pela mobilização da população para que produza, e não apenas pela transferência da renda para que ela sobreviva. Porque a transferência de renda sempre vai ser pequena e o que elimina a pobreza é a oferta dos bens de serviços públicos. A



renda dinamiza a demanda e, obviamente, permite a compra dos bens essenciais, como comida, porque a gente não vai estatizar o sistema de distribuição de comida, como roupas. Por exemplo, brinquedos pedagógicos, com a renda mínima o pobre não compra porque aí já exige uma renda excedente dos bens mais essenciais de todos. Então, tem que haver aí uma transferência de renda para que a população ou produza brinquedos pedagógicos com assistência técnica ou que compre e seja reembolsada pelos brinquedos pedagógicos. Aqui, pagávamos a Bolsa Escola para quem tivesse criança na escola. Muitos diziam que os pais iam desperdiçar o dinheiro, que iam beber. Eu dizia: primeiro, a gente só paga à mãe, e as mães bebem muito menos do que os pais. Segundo, se a mãe beber esse dinheiro, mas o filho estiver na escola, tudo bem. Aí é um problema de saúde pública do alcoolismo, mas a criança está estudando.

No caso das crianças com menos idade escolar, distribuimos uma cesta de comida e brinquedos pedagógicos, porque a ideia é que, como não tinha como fiscalizar onde estavam as crianças, tínhamos que dar o material. Eu evolui. A nova edição desse livro, que sai agora, em agosto, eu já coloco a renda, na linha do Programa da Presidenta Dilma, o Programa Brasil Carinhoso, mas ao lado uma cesta com brinquedos pedagógicos, porque isso a renda de R\$70,00 por família não vai permitir.

Então, fico muito feliz, Professor Standing, de ouvir sua fala – lamento não ter escutado a dos outros – porque traz uma dimensão nova ao problema da pobreza, mas eu queria fazer uma pergunta.

Estou de acordo com o senhor que, se a gente dá a renda não condicionada, mesmo assim, as famílias colocam a criança na escola. Mas pergunto: havendo um programa de renda mínima e, paralelamente, um programa que vincule e condicione colocar criança na escola, não é melhor ainda? E isso foi o que aconteceu no Equador. Fui levado ao Equador pelo Unicef para implantar o Programa Bolsa Escola. Mas, lá, já tinha um programa de bolsa para os pobres, ou seja, devem ter lido a ideia do Senador Suplicy, só que concentraram apenas para os pobres, não universal. E, quando cheguei lá, vi que era impossível parar esse programa, o Bônus Solidarietà, que chamavam, e botar a Bolsa Escola. O que fizemos? Mantivemos o programa Solidarietà, que era uma renda mínima, e colocamos outro ao lado para famílias com crianças na escola, condicionado à frequência escolar. Então, as famílias que tinham crianças frequentando recebiam as duas.

Então, a minha pergunta: mesmo sem condicionalidade, é bem possível, embora eu não tenha tanta confiança na universalização de que os pais colocarão os filhos na escola, mas, se ainda for muito pequena, e não tem como ser alta, as famílias ainda vão precisar de um adicional de renda, e este adicional eles podem querer buscar colocando as crianças trabalhando, colocando as crianças pedindo esmolas, deixando-as fora da escola. Então, a minha pergunta é: mesmo que a renda por ela já ajude a família a obter o que precisa para sair da



pobreza, como é o caso da educação, não é melhor a condicionalidade mesmo assim?

Essa é a pergunta que faço, agradecendo muito sua presença aqui. E acho que a única crítica que faço é que o senhor deveria ter vindo aqui uns 10 anos antes e tivéssemos distribuído essas ideias 10 anos atrás; até porque essas ideias, Senador Suplicy, e, aí, parabenizo-o pela audiência, fortalece muito os discursos que fazemos solitariamente aqui dentro, é um respaldo externo que ajuda muito a dar credibilidade ao discurso que o Senador Suplicy faz com tanta obsessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque, que é pioneiro de ideias e um parceiro nessa batalha para a realização de justiça, onde combinamos tanto a ênfase em se proporcionar uma renda suficiente para todos, com a importância de provermos a boa oportunidade de educação, se possível desde as crianças na primeira idade, nas creches, em casa, mas também no ensino elementar, no ensino médio e no ensino superior. São duas coisas que precisam sempre estar sendo objeto da maior atenção e do aperfeiçoamento. E, felizmente, temos hoje um Governo, da Presidenta Dilma, seguindo o Presidente Lula, que tem por propósito exatamente erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, e esta audiência pública tem justamente o objetivo de nós aperfeiçoarmos isso.

Eu pergunto a V. Ex^a se prefere que eles respondam todos, ou gostaria que eu também aqui fizesse algumas observações e perguntas para, então, ouvirmos os três?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu creio que suas observações são fundamentais, até porque estamos falando pela televisão, se não ao vivo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E para o Brasil inteiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não sei se é ao vivo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É ao vivo. Está sendo transmitida ao vivo. Então, trata-se aqui de uma oportunidade para brasileiros de norte a sul, leste a oeste, aprenderem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fico muito feliz, porque, ultimamente, só vemos ao vivo CPI, e agora estamos vendo um programa para a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas hoje deram prioridade a esta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E quero aproveitar – eu não falei – para dizer que no primeiro texto meu que defende essa ideia – na época, eu chamava de renda mínima vinculada à educação; não se



chamava bolsa escola –, eu reconheço a inspiração no trabalho do Senador Suplicy. Está lá escrito no meu livro *A Revolução nas Prioridades*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vi. Assim como no meu livro *Renda de Cidadania: a saída pela porta*, eu falo da sua forma pioneira de instituir a renda mínima associada à educação. E eu me lembro muito bem quando, no segundo semestre, por volta de agosto de 1994, V. Ex^a um dia me chamou e falou: “Eduardo, eu quero colocar no meu programa, eu quero que você venha aos meus comícios...”

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – “...porque eu vou relacionar a renda mínima com educação”. E aos seus maiores comícios eu estive presente.

Felizmente, Cristovam Buarque foi eleito e, na primeira semana de governo, ele iniciou no Paranoá, uma das regiões do Distrito Federal, já o que ele denominou de bolsa escola. Então, há um elemento muito importante na sua coragem de realizar experiências que repercutem pelo mundo inteiro positivamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero complementar dizendo que, ainda no período de transição, depois de eleito e antes da posse, estive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que também era presidente eleito, e levei a ele a proposta de levar isso para o Brasil inteiro. Lamentavelmente, ele não adotou.

Depois, levei isso escrito numa carta, creio que de maio; outra para o Ministro Paulo Renato, mas, lamentavelmente, ele só adotou isso em 2001, depois que o Presidente Zedillo adotou no México. E o programa virou um sucesso mundial, graças ao México. Embora o programa de Brasília, já em dezembro de 95, tenha merecido uma página na revista *Time*. É preciso lembrar isso. Lá, já estava o programa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas só depois do México, claro pela proximidade, depois que Garyl Becker, um prêmio Nobel, fez um artigo na *Newsweek*...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gary Becker.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Gary Becker, na *Business Week*, elogiando o programa mexicano, é que o Fernando Henrique despertou. De qualquer maneira, para mim, ele fez um gesto de generosidade rara em política: manter o mesmo nome criado por um opositor, porque eu era, obviamente, oposição ao governo dele, apesar da relação muito fraterna que sempre tivemos, e temos até hoje.

Mas, se ele tivesse começado isso em 99, quando comecei aqui, o bolsa escola não teria virado bolsa família, e o Presidente Lula o teria mantido



sem passar o que realmente já se passou, de que o bolsa família foi o início de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Permita-me só corrigir o registro histórico para aqueles que nos ouvem. Seria importante também dizer da contribuição, por exemplo, do Prof. José Márcio Camargo, em agosto de 1991, quando, com Antonio Maria da Silveira, fomos convidados por aquele chamado governo paralelo do Presidente Lula, coordenado por Walter Barelli. E, numa reunião em Belo Horizonte, eu e Antonio Maria da Silveira apresentávamos a proposta da garantia de uma renda mínima, objeto de projeto de lei que apresentei em abril de 91, uma forma de um imposto de renda negativo.

Foi então que José Márcio Camargo ponderou para nós que seria uma boa proposta, mas seria interessante nós relacionarmos a garantia de uma renda mínima à obrigação de as crianças, sobretudo de 7 a 14 anos – na época ele disse – frequentarem a escola, porque, assim como muitos pais às vezes instam as suas crianças a trabalharem precocemente, porque não têm o suficiente para seu rendimento em casa, então, se as crianças estiverem indo à escola, poderão ter a contribuição. Então, relacionar a renda mínima à educação seria o passo adequado. E ele escreveu artigos em 91 e 93 na *Folha de S.Paulo*, com essa proposição, que guardavam relação com aquela que V. Ex^a, como professor na Universidade de Brasília, também vinha desenvolvendo desde o final dos anos 80, conforme tem relatado.

Então, o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, tendo lido aqueles artigos, acabou encaminhando, ao final de 94, concomitante à sua campanha para governador, a proposta para a Câmara Municipal de Campinas, que acabou sendo aprovada. Eu inclusive estive lá, no diálogo com ele e com o vereador, então do PT, Vereador Nunes que, na primeira votação, tinha se posicionado contra, porque não haviam sido aceitas certas proposições que ele colocava da lei referente à criança e ao adolescente.

Então, no diálogo com o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, acabamos harmonizando, e o vereador, na segunda votação, votou favoravelmente, e o prefeito acatou as suas proposições.

E, assim, as experiências pioneiras do Distrito Federal e de Campinas foram-se espalhando e repercutindo. Aqui no Senado Federal, três Senadores, Renan Calheiros, Ney Suassuna, José Roberto Arruda e, na Câmara dos Deputados, Nelson Markezan, Pedro Wilson, Chico Vigilante, os seis, apresentaram projetos para que o Poder Executivo apoiasse os Municípios que iniciassem experiências nesse sentido.

Em agosto de 96, eu levei o outro co-presidente fundador da BIEN, Philippe Van Parijs, que se encontrava no Brasil, para um diálogo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Paulo Renato de Souza e toda sua equipe. E tivemos um diálogo de 50 minutos, e Philippe Van Parijs transmitiu ao presidente as vantagens, na sua visão, do que será, um dia, a renda básica



incondicional para todos. Mas ele disse ao Presidente, perante o Paulo Renato Souza, que iniciar a garantia de uma renda relacionando-a à educação é um passo muito positivo, porque significará investimento em capital humano.

Em decorrência daquele diálogo, o Presidente Fernando Henrique deu sinal verde para que o Congresso aprovasse aquilo que se tornou a primeira lei, a Lei nº 9.533, em que o projeto de Nelson Marchezan teve apensado os outros cinco que eu citei, na Câmara e no Senado. A lei dizia que a União financiará em 50% os Municípios que adotassem renda mínima associada à educação e que começaria com um quinto dos de menor renda per capita; no segundo ano, o segundo quinto; até o quinto ano. Mas, quando chegou ao quinto ano, as proposições que foram se espalhando estavam dando resultados tão positivos que o próprio Presidente Fernando Henrique, então, baixou outra medida provisória, em 2001. Cabe assinalar que tanto a primeira lei, a Lei nº 9.533, quanto a segunda foram aprovadas... A medida provisória foi logo aprovada por consenso de todos os partidos na Casa, o que é também algo interessante.

Eu fui mais e mais interagindo com professores, como os que formaram a BIEN, e fui ficando persuadido de que melhor ainda do que o Imposto de Renda negativo ou projetos condicionados seria, um dia, chegarmos à renda básica incondicional. Apresentei, em dezembro de 2001, a proposta e, em abril de 2002, o Relator, nesta Comissão, Francelino Pereira – quero aqui homenageá-lo –, a quem eu dei o meu livro, disse, depois de estudá-lo: Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual, para cada despesa, é preciso ter a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será a renda básica incondicional instituída por etapas, começando pelos mais necessitados [como, portanto, fazia o Bolsa-Escola e, depois, hoje, faz o Bolsa Família], até que, um dia, se torne incondicional?

Eu achei de bom senso a proposta e acatei. Graças a ela, o Senado, em dezembro de 2002, aprovou-a por consenso, primeiro, nesta Comissão. Depois, ela foi para a Câmara, que a aprovou, em dezembro de 2003, por consenso de todos os partidos. Ela foi ao Presidente Lula e, então, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci, depois de um diálogo comigo, disse ao Presidente: “Como é para ser instituída por etapas, gradualmente, é factível. Pode sancionar”. O Presidente sancionou em 8 de janeiro de 2004.

Quando vai acontecer... Da mesma maneira, eu disse ao Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira: “Quem sabe você possa também fazê-lo por etapas”. E ele acatou.

Então, uma das primeiras perguntas que eu gostaria de formular aqui ao Professor Guy Standing e ao João Sabóia: o que acham da proposta mencionada aqui, que foi objeto da consideração?

Ontem, na primeira reunião efetiva de trabalho do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania, a sua presidente, a Marina Nóbrega, sugeriu que começássemos, já que vai ser por etapas, por aqueles que nascem



no primeiro ano, depois no segundo ano, e aí será universal para todos prover-se uma renda incondicional para todos que nascem.

Mas 50% dessa renda, aqui explicou há pouco o Prefeito José Augusto, que é a outra ideia que lá está tendo, mas que tem a ver com sua proposta, Senador Cristovam Buarque, porque ele explicou que 50% vão para um fundo daquela criança nascida, para que quando ela completar a maioridade, ela possa ter acesso. Então, guarda relação com a sua proposta de poupança.

É claro, se tivermos os recursos para pagarmos a renda básica aos 6.600 habitantes já de Santo Antônio do Pinhal, quem sabe se o Unicef, como lá na Índia está financiando o projeto pioneiro, possa se interessar de financiar também Santo Antônio do Pinhal, para o qual eu destinei, e já foi empenhada, emenda para ajudar o fundo de Santo Antônio do Pinhal, no valor de R\$1 milhão, por ser este o Município pioneiro.

Então, está é uma primeira pergunta.

Também gostaria de aproveitar a oportunidade para outra questão relacionada aos efeitos do salário mínimo e da garantia de uma renda para todos. Como é que vamos combinar esses dois instrumentos?

Ao Prof. Guy Standing, para que ele faça uma reflexão: um dos defensores da garantia de uma renda mínima, que também defendia a política do salário mínimo, por exemplo, foi John Kenneth Galbraith, que, por mais de 40 anos, defendeu a garantia de uma renda e também a definição de uma política de salário mínimo, que, ele dizia, teria de ter parâmetros adequados; mas os dois se faziam necessários.

Então, agradeço se puderem ambos, os professores de economia, fazer uma reflexão de quais são os efeitos, no mercado de trabalho, da definição de um salário mínimo, e quais são os efeitos, também no mercado de trabalho, da instituição da renda básica de cidadania?

E aqui eu peço especialmente ao Prof. Guy Standing que possa nos explicar por que há tanto entusiasmo em pessoas como Philippe Van Parijs, Claus Offe, Roberto Van der Veen e tantos outros, e por que a renda básica de cidadania poderá elevar o grau de dignidade e liberdade das pessoas?

Qual o efeito que tem no mercado de trabalho, sobretudo do ponto de vista da crítica ao sistema capitalista feita por Karl Max de o trabalhador, não tendo poder de barganha, ele acaba vendendo a sua força de trabalho, às vezes, por uma quantia inadequada, que corresponde a uma situação de superexploração. Mas, se porventura houver a renda básica incondicional, que efeito terá deste ponto de vista?

Finalmente, uma terceira indagação: em que medida um país e até um Município, ou uma vila que adotar pioneiramente uma renda básica de cidadania incondicional poderá ter vantagens em relação aos seus vizinhos que, porventura, não a adotarem? Ou seja, se Santo Antônio do Pinhal adotar a renda básica de cidadania estará, digamos, do ponto de vista da competitividade da sua



economia, das suas empresas, dos seus restaurantes e pousadas, tendo maior vantagem competitiva em relação a outros Municípios que, porventura, tenham empresas de natureza semelhante, mas não tiverem ainda adotado? Ou se, digamos, o Uruguai e a Argentina adotarem a renda básica de cidadania antes que o Brasil, terão eles maior vantagem competitiva em relação ao Brasil?

Refiro-me a isso porque eu tenho pensado e dialogado com os meus companheiros da BIEN, porque, me parece, como nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e em outros países, hoje, há formas de transferência de renda, como o Earned Income Tax Credit, o Family Tax Credit e outros, e que nós precisamos estar atentos para com esses programas, porque ou adotamos programas semelhantes, ou até melhores para termos também uma competitividade adequada, mas que poderá ser adicionada às qualidades do que será a renda básica de cidadania.

Eu gostaria de perguntar especificamente aos Profs. Guy Standing e João Sabóia se recomendam ao Prefeito José Augusto caminhar firmemente para ter a experiência da renda básica, porque, para a economia do Município, isto será saudável sob os mais diversos pontos de vista e, claro, para todos os demais Municípios.

Então, as minhas reflexões se somam às do Senador e Professor Cristovam Buarque, e eu pedirei aos três para responderem ao conjunto de indagações.

Começemos pelo Prof. João Sabóia.

O SR. JOÃO SABÓIA – Boa provocação, sua e do Senador. Acho que vai animar um pouquinho o final desta Mesa.

Quando eu ouvi a proposta do José Augusto de começar pelos nascidos, eu achei fantástica. Eu fiquei pensando: “Será que ninguém havia pensado nisso antes?” Eu acho genial, no sentido de que você aponta para o futuro e você resolve um problema, que é o problema de recurso, por quem vai começar ou não. Então, a partir de agora, quem nascer neste País – e isso pode valer também para a renda básica de cidadania para o País como um todo ou para os Municípios – quem nascer aqui vai ter direito a isso.

Eu acho que resolve duas coisas: a questão de recursos, que você começa devagarzinho e coisa e tal, e resolve a questão de pensar o futuro, olhar para o futuro e dizer que este País vai ser melhor no futuro. As crianças que estão nascendo hoje têm novos direitos, que serão mantidos daqui para frente.

Então, quando eu ouvi, foi a primeira coisa que bateu quando você falou.

Em relação a efeitos dentro do Município, dentro do País etc., eu acho que os efeitos não estão restritos ao Município. O que você está fazendo? Você está gerando renda no Município. Ao gerar renda, está-se gerando demanda. Só que esta demanda não se dirige obrigatoriamente ao Município, ela transborda para os Municípios vizinhos, para o Estado e para o País.



Pensando keynesianamente, a gente tem efeitos por todos os lados. Eu acho que para o País, como um todo, é muito positivo, porque você tem um efeito de crescimento econômico e, portanto, de melhor distribuição de renda etc.

Aí a gente junta com a questão do salário mínimo, que foi a minha discussão aqui.

Eduardo, são coisas que se complementam. Como eu mostrei aqui, tem um monte de gente que não tem acesso ao salário mínimo. Salário mínimo é setor formal da economia e transferência, que são baseadas no valor do salário mínimo. Então, todo o complemento de renda que você puder dar para essas pessoas que não têm acesso via Bolsa Família ou via renda cidadania, eu acho absolutamente positivo e favorável sem qualquer contradição. Pelo contrario. São coisas complementares como acabei de dizer.

Agora eu gostaria de voltar à questão que foi tema do meu encerramento e que o Senador levantou aqui: a questão da condicionalidade ou não da educação nesses programas de transferência de renda.

Eu, pessoalmente, não sou contra esse tipo de condicionalidade, mas acho que, de certa forma, a população está convencida de que as pessoas precisam de escola e de educação. Então, na verdade, isso aqui é só um adicional de convencimento, porque está todo mundo convencido. E mais do que isso: as crianças de 7 a 14 anos praticamente estão todas no ensino fundamental. Tudo bem, tem atrasos, tem problemas, tem escolas péssimas, tem escolas em que as crianças de todas as idades estão na mesma sala... Então, volto à questão: acho que o mais importante do que você obrigar, definir essa condicionalidade, é você investir nas escolas na qualidade de ensino. A população já está convencida.

E mais: não se esquecer da creche. Há um programa no País, mas há crianças que não têm acesso à creche. Então começa lá na creche: creche, pré-escola, fundamental e daí para frente, mas com qualidade. Não esquecendo também do 2º Grau, porque aí já tem muito adolescente fora da escola. Então, você precisa ter uma escola que atraia; porque, de repente, a obrigação da escola, e você ficar em uma escola chata, uma escola que não é atraente... Então, tem que ter uma escola atraente em que não só o pai queira mandar a criança, mas a criança queira ir para a escola.

Bem, acho que com isso, eu encerro a minha intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado Prof. João Sabóia.

Concedo a palavra ao Prof. Guy Standing, da Universidade de Bath e co-fundador da BIEN, para complementar as reflexões tão positivas do Prof. João Sabóia.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Eu gostaria de dizer, antes de tudo, que concordo plenamente com as observações colocadas pelo Prof. Sabóia em relação às condicionalidades sobre a escolaridade.



E gostaria de responder também os comentários do Senador Cristovam Buarque. Isto me fez pensar sobre o esquema que foi colocado em operação em Nova York, chamado Operação Nova York, ou Oportunidade Nova York, para contrapor ao programa mexicano que foi colocado em prática. O prefeito de Nova York, agora, abandonou esse sistema. Ele parou com o programa.

Eu sempre fui cético em relação ao uso de incentivos financeiros para as crianças frequentarem a escola. Eu não estou seguro que isso seja, necessariamente, o melhor conjunto de valores que nós devemos instigar no nosso sistema educacional.

Mas também há o problema dos que têm um aprendizado mais lento. O problema das crianças que vêm de condições de habitação piores, de vizinhanças mais degradadas, que não podem atender aos padrões de incentivos e são reprovados quando comparados com as crianças que tiveram sucesso ao receberem esses incentivos financeiros. Isto é muito humilhante e desmoralizador para essas outras crianças. Então, fico me perguntando sobre os efeitos dos incentivos. Eu coloco isso como uma pergunta para consideração.

Eu, pessoalmente, acredito que se você tem um benefício universal para crianças e adultos você induz o comportamento no local tanto pelos pais, como pelas crianças, como pelos professores para melhorar as condições da escola e a melhoria de condição das instalações da escola, que estimule as crianças a terem um melhor desempenho, e tem um efeito sobre toda a comunidade. Nós observamos isso na Namíbia. Houve um resultado muito explícito sobre aquele programa piloto de renda básica.

Eu também queria mencionar sobre o incentivo a recém-nascidos. Há uma literatura a respeito.

Nós tivemos um encontro em Wisconsin há seis anos, em que um pequeno grupo nosso discutiu a possibilidade do que chamamos bônus-bebê, ou seja, prover um incentivo financeiro para crianças recém-nascidas em toda a comunidade. E, à medida que isso foi acontecendo, nós produzimos um livro sobre os diferentes argumentos prós e contras esses títulos para os bebês. Havia uma pessoa ao meu lado durante os três dias em que estávamos discutindo estes temas, mas eu não conseguia chegar a uma conclusão. Mas, ao final, fizemos uma caminhada juntos, pela mata, próxima ao lago, e ele me disse: "Você me convenceu de que uma renda básica é melhor do que um título para cada bebê nascido". Hoje este homem, Ed Miliband, é o líder do partido trabalhista na Inglaterra. Eu espero que ele não recue e volte a essa solução do bônus por bebê.

Há uma série de problemas e posso me referir a uma série de bibliografia a respeito. Eu creio que estaria muito melhor em termos dos efeitos sociais, dos efeitos na comunidade adotarem um programa de renda básica, mesmo que seja pequeno, ainda que, inicialmente, seja em um nível abaixo daquilo que gostaríamos de dar para prover a subsistência. Porque os efeitos de



ter uma quantia módica de segurança para toda a comunidade é que induz a um comportamento mais altruísta e um espírito mais cooperativo.

Houve muitos bons projetos de pesquisa feitos por psicólogos que observaram os efeitos de prover as pessoas com uma renda de segurança básica, no sentido comunitário. Eu creio que as lições aprendidas desses experimentos psicológicos seriam demonstradas. Evidente que se você, em São Antônio, ou em outras partes, fizesse um pequeno programa com uma pequena contribuição básica para todos ao invés de fazer apenas para os bebês. Porque pensando sobre isto você está provendo benefícios para as famílias que tenham a sorte de ter bebês em relação às famílias que não têm bebês. Então, pode haver uma série de interferências ou iniquidades interfamiliares que podem resultar da escolha de um particular grupo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes que o senhor termine, eu preciso do seu passaporte, porque o seu voo é 13 horas e 55 minutos, e eles vão fazer o *check in* antecipado.

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Para terminar, estou quase perdendo o meu voo, mas espero que isso não afete a minha argumentação, mas o que eu espero que aconteça no Brasil é que o projeto piloto em pequena escala, com uma natureza universal, sem condicionalidades, sejam testados. Porque eu acredito que as condicionalidades são caras, elas envolvem um dilema moral que nem sempre é mencionado. Raramente se fala a respeito. Se você diz: “Você só pode ter o benefício se você fizer isso ou aquilo, o que acontece quando uma pobre mãe não pode atender a essas condicionalidades? E ela não poderá mandar seu filho à escola, ou não consegue ter um desempenho escolar satisfatório de seu filho. Você não pode retirar o benefício em função de ela não atender a essas condicionalidades. Nós discutimos isto no Governo Lula e, de fato, avançar para uma experiência universal sem condicionalismos é algo que as pessoas deveriam ter a coragem de experimentar no estágio de desenvolvimento e proteção social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Qual a maior vantagem da renda básica em relação aos efeitos no mercado de trabalho?

O SR. GUY STANDING (*Tradução simultânea.*) – Em termos de efeitos sobre o mercado de trabalho, um sistema de renda sem condicionalismos permite as pessoas, no extremo, dizerem “não” para o empregador que está tentando explorar essa pessoa. Mas ao mesmo tempo também permite a essa pessoa barganhar mais efetivamente. E se a pessoa quer trabalhar por um nível salarial, e o empregador só pode pagar um determinado salário, é mais provável que eles consigam negociar e chegar a um acordo.

Sou a favor de um debate sobre o salário mínimo, mas em um mercado de trabalho mais flexível. Com ele sujeito à precariedade não suscita suficiente proteção e, de fato, não consegue nos afastar da armadilha da pobreza.



Uma renda básica permite prover removendo a armadilha da pobreza. A armadilha da pobreza que surge quando você tem programas focalizados, benefícios seletivos, que são dados apenas às pessoas que são pobres. Porque se você é pobre e você se mune de um benefício para um emprego de baixo salário, efetivamente você vai encontrar uma carga fiscal de 8%, 9% ou até de mais de 100%; você perde o benefício, ao mesmo tempo em que ganha um baixo salário. Esta é a chamada armadilha da pobreza.

No meu livro eu mencionei isso, dizendo que há também uma armadilha da precariedade, porque as pessoas têm de solicitar os seus benefícios e têm de atender às condicionalidades. E, ao atender a essas condicionalidades, requerendo os benefícios, isso pode demorar meses ou semanas, período durante o qual não recebem nada até que, eventualmente, recebam, o que torna muito difícil para eles, conseqüentemente, abandonarem esses benefícios e irem para um emprego de baixo salário, porque vão estar preocupados em perder o emprego e ter de voltar novamente àquela via-crúcis para conseguir os benefícios e ficarem meses sem ter rendimento algum.

Então, na ponta de baixo do mercado de trabalho, o rendimento básico como um direito é um mecanismo para ajudar a oferta de trabalho, evita a armadilha da pobreza, que é um forte incentivo aos pobres para aceitarem empregos de baixos salários. Esta é uma situação louca. Nós estamos observando isso na Europa e em outras partes do mundo. Se você tem uma armadilha de pobreza você não tem incentivo para trabalhar; se você é um domicílio com baixos rendimentos, isso é a pior arma de todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Muito obrigado.

Passo a palavra, rapidamente, ao Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, porque, daqui a pouco, o Prof. Guy Standing vai para o aeroporto.

Antes, porém, comunico que na próxima sexta-feira, às 19 horas, na Faculdade de Saúde Pública, haverá um encontro protagonizado pelo grupo Invenções Democráticas, que tratará da economia solidária, com a presença do Prof. Paul Singer, com a renda básica de cidadania, com a presença do Prof. Guy Standing, eu próprio e tantos outros. Portanto, os convido para comparecerem à Faculdade de Saúde Pública, próximo ao Hospital das Clínicas, no auditório João lunes, a partir das 19 horas; inclusive o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, caso queira continuar o nosso diálogo e tiver oportunidade, será muito bem-vindo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUARNIERI PEREIRA – Obrigado, Suplicy.

Primeiro, agradeço, mais uma vez, ao Senador Eduardo Suplicy; agradeço especialmente ao Senador Cristovam Buarque, que é um idealista, uma pessoa por quem a gente tem admiração. Estou no meu segundo mandato como



Prefeito, e o senhor é uma pessoa que sempre nos dá bons nortes, principalmente no que diz respeito à educação em nosso País, e também à sensibilidade social.

Senador Suplicy, vou dar um exemplo. O Senador Cristovam Buarque deu um exemplo sobre o estímulo à produção, dizendo que é importante que o Município, o Estado, o Governo proporcionem o estímulo à produção. E isto traz benefícios sociais diretamente à população.

A exemplo do que foi feito em Brasília, quando do seu mandato, quem cuida hoje, Senador Cristovam Buarque, da parte de limpeza pública do Município de Santo Antônio do Pinhal é a Secretaria de Desenvolvimento Social. A Secretaria de Desenvolvimento Social, hoje, cuida e é responsável por toda a limpeza pública do Município. Por quê? Porque são pessoas que são incluídas em programas sociais, mulheres que fazem parte desse trabalho, e o faz muito benfeito. Esse trabalho de limpeza de nossa cidade é um orgulho para nós, através e vinculado diretamente a um programa de inserção social, que é o PEAD, através da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Então, a gente vê que essas políticas públicas que estão sendo implantadas, realmente, estão no caminho certo, que é o estímulo também da produção das pessoas e dos serviços.

Em relação ao Prof. Guy Standing, a gente sabe que qualquer programa social, qualquer busca por um novo programa social, ela é complexa. Não é fácil você abrir realmente novos caminhos, novos rumos. Mas, o que mais me deixa empolgado quando a gente fala na questão da possibilidade de a gente distribuir primeiramente às crianças que nascem o fundo municipal e, posteriormente, 50% do valor deste fundo ser realmente capitalizado dentro de outro fundo educacional, para que essas crianças, ao completarem a sua maioria, possam ter os investimentos garantidos no setor da educação, isto mostra a possibilidade de fazermos de forma gradativa. Porque é muito difícil para o Município, muitas vezes: “Puxa, eu não vou conseguir fazer totalmente, então eu vou desistir da minha proposta”. Não. Acho que nós, prefeitos, governadores, Senadores, enfim, todos que temos responsabilidades para com as pessoas, para com a população, nós temos realmente de serem indutores de políticas públicas e, principalmente, acreditar que é possível. Nós não precisamos ser o melhor do mundo; nós precisamos fazer a nossa parte para que tenhamos um mundo melhor.

Quero agradecer a oportunidade que o Senador Suplicy nos deu, cumprimentar o Prof. João Sabóia pela experiência e pelo trabalho que realiza à frente da Universidade, e agradecer mais uma vez ao Senado Federal por esta oportunidade muito importante de podermos falar um pouco das políticas públicas, dos projetos que estão acontecendo e, principalmente, agradecer, primeiramente, a Deus, agradecer à minha equipe de trabalho, Senador Cristovam Buarque, porque sem uma equipe que esteja buscando realmente as melhorias, as inovações, qualquer administrador público fica falho; ao passo que quando você



tem uma equipe forte, uma equipe que realmente acredita no melhor, as coisas acontecem.

Queira fazer um agradecimento especial, já encerrando a minha fala, à nossa querida Ana Fonseca, que foi também uma idealizadora da nossa lei municipal, lei que foi construída, Senador Buarque, por várias mãos, por vários pensantes no tema; e a nossa querida Ana Fonseca foi uma das pessoas que estiveram juntas, participando, lá em Santo Antônio do Pinhal, para que a gente pudesse chegar hoje a esse momento tão feliz, momento em que podemos dizer que Santo Antônio do Pinhal cuida de suas pessoas, quer o bem delas. Portanto, que essas políticas públicas possam ser disseminadas para toda a região e, se Deus quiser, para todo o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP.) – Ana Fonseca, prezado Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, além de haver participado do grupo da Unicamp, que colaborou com a Corporação Andina de Fomento e a prefeitura municipal, esteve presente e juntamente com o Prof. Carl Wider, que hoje é co-chair da BIEN – Basic Income Earth Network, ambos estiveram presentes à sessão em que, por nove a zero, os vereadores de todos os partidos aprovaram a lei municipal que institui a renda básica de cidadania em Santo Antônio do Pinhal. Então, também agradeço pelo empenho da querida Ana Fonseca, colaborando muito com este propósito de avançar na direção de mais e mais darmos eficácia ao propósito da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar, de fato, a pobreza extrema e a pobreza absoluta, sobretudo, alinharmo-nos ao seu propósito tão importante de combinarmos com as oportunidades a melhor educação possível ao povo brasileiro.

Sabe, Senador Cristovam Buarque, ontem eu ainda estive com o Prof. Guy Standing na Unesp – Universidade do Estado de São Paulo, no campus de Marília, e havia um grande número de pessoas no simpósio, e muitos vieram de diversos lugares do Brasil de universidades federais. E fizeram um apelo, que eu quero aqui transmitir, ao querido Senador Aloizio Mercadante, Ministro da Educação, para que, juntamente com o Ministério do Planejamento, a Ministra Miriam Belchior, com o Secretário da área de trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, possa efetivamente chegar a um bom entendimento com as universidades federais que estão com greves prolongadas e V. Exa. deve ter recebido também o apelo de muitos professores e estudantes inclusive a Unifesp de Guarulhos que pediram muito que eu transmitisse esse apelo aqui no Senado para o bom entendimento e a superação dos problemas que fazem com que essas instituições estejam em greve há bastante tempo porque algumas, há mais de um mês e outras há mais de três meses, como é o caso da Unifesp de Guarulhos.

Então, quero muito agradecer ao Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, ao Professor Guy Standing e ao Professor João Sabóia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Agradeço e cumprimento, Senador Cristovam Buarque. Vamos acatar a sua sugestão, vamos fazer desta nossa audiência pública uma publicação da Comissão de Assuntos Econômicos e poderá ser feita em duas línguas até porque os nossos...Quero agradecer também aos nossos dois tradutores intérpretes que colaboraram tanto para o sucesso da nossa audiência pública.

Gostaria, antes de encerrar a reunião, de propor a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião que está inteiramente transcrita, aproveitando a sua sugestão, Senador Cristovam Buarque. V. Exa enriqueceu muito o nosso diálogo sobre os temas que aqui tratamos.

Muito obrigado por sua presença.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só queria fazer uma pergunta aos intérpretes: como é que eles traduziram “flanelinha”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como *car keepers*. Flanelinha foi traduzido por *car park keepers*.

Eles sabem e, muito rapidamente, acham a tradução.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É uma tradução muito boa do ponto de vista linguístico, mas não carrega toda a dimensão ética de que são crianças. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, *young car park keepers*. Aí fica melhor, Senador Cristovam?

Se todos estiverem de acordo com a dispensa da aprovação da Ata dessa reunião, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada e encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos)